



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

VANESSA DE FÁTIMA FERREIRA SILVA

**COR E DOR: UM ESTUDO SOBRE RACISMO E
SOFRIMENTO PSÍQUICO DA POPULAÇÃO NEGRA**

**JUIZ DE FORA
NOVEMBRO/2018**



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

VANESSA DE FÁTIMA FERREIRA SILVA

**COR E DOR: SOBRE RACISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO
DA POPULAÇÃO NEGRA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pela discente Vanessa de Fátima Ferreira Silva sob a orientação da Professora Dra. Elizete Maria Menegat.

**JUIZ DE FORA
NOVEMBRO/2018**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os negros, sem exceção, ate mesmo a
aqueles que são, mas não se reconhecem como tais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria eu não suportaria. Aos meus pais, Izabel de Fátima Ferreira e José Inácio da Silva que se esforçaram para garantir o necessário para minha criação e por nunca medir esforços para fazer algo por mim, aos meus sobrinhos e aos meus irmãos que sempre dirigiam palavras de animo quando o sentimento de incapacidade se apresentava a mim.

Agradeço também a meus amigos em especial Reinault Júnior, Vanessa Videira, Larissa de Castro, Camilla Silva, Marcela Gonçalves, Isabella Nunes e Millainy de Oliveira que não somente me lembrava das conquistas ate o momento adquiridas, mas também me proporcionavam momentos de descontração.

Sou grata aos integrantes do Projeto AVIVA JF, em especial Lucas de Almeida e Paulo Marcelo da Silva Júnior que são meus presentes de Deus, minha resposta.

Agradeço todos meus professores do ensino fundamental e médio sem exceção de nenhum, uma vez que cada um deles por mais que se encontravam submetidos em condições não favoráveis em relação aos instrumentos de trabalho, administrava a disciplina de maneira sublime e assim fomentava a construção de ideias.

Não posso me esquece da minha orientadora Elizete Menegat, que sempre se posicionou como uma ótima ouvinte não somente das minhas reflexões, mas também das minhas inquietações e dos demais professores, em especial, Ronaldo Vielmi, Sabrina de Paiva, Marina Mancini, Mariana Costa, Leonardo Nogueira e Marco José Duarte que contribuíram para minha formação compartilhando seu conhecimento, proporcionando assim, uma desconstrução, indagação e um reconhecimento da dimensão de totalidade vivência social.

Agradeço ao Wilber Martins, encarregado do supermercado Bretas, que sempre se mostrou complacente quando chegava atrasada ao trabalho por motivos acadêmicos.

Agradecer a profissional de enfermagem Luiza Vieira, minhas três supervisoras de campo, Alice; Alessandra e em especial Victória Sabatine, visto que, sendo a mesma de contrato efetivo a acompanhei de forma frequente. A mesma se mostrava a disposição para esclarecer minhas dúvidas, sempre me concedia espaço para atuar na instituição e principalmente pela relação de construção de ideias em conjunto e não uma convivência baseada na superioridade.

Por fim agradeço aos funcionários da limpeza, do RU, da segurança e do Xerox por ter contribuído de maneira direta e indireta na minha formação acadêmica.

EPÍGRAFE



Aprendi que quando estamos em uma guerra sem escudo somos impulsionados a criar estratégias para que nenhuma lança venha ceifar o objetivo de avançar e chegar do outro lado. Sem dúvida, ao decorrer da batalha obtemos alguns ferimentos, mas tais desencadeiam força, maturidade, perseverança e fé.

- Vanessa de Fátima

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÃO.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
1 EUROCENTRISMO, COLONIZAÇÃO E VIOLÊNCIA.....	11
1.1 Sobre o genocídio dos colonizados.....	15
1.2 Capitalismo mundial e divisão racial da humanidade.....	19
1.3 A abolição da escravidão para modernizar as formas de exploração do trabalho.....	25
1.4 Destituídos do direito a cidade	29
1.5 Violência e genocídio da juventude negra na atualidade.....	31
1.6 Desigualdade racial.....	35
2 RACISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO.....	40
2.1 Sobre os mecanismos de violência racial.....	43
2.1.1.1 Racismo e sofrimento na infância.....	47
2.2 Estigmatizações do negro.....	50
2.3 Identidade negra ferida.....	54
2.4 O casamento inter-racial como alternativa de embranquecimento.....	59
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
4 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	65

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

IMAGEM

IMAGEM 1- ATLAS DA VIOLENCIA 2017.....	33
---	-----------

GRÁFICOS

GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO NA PROPORÇÃO DE HOMICÍDIOS DA POPULAÇÃO JOVEM POR COR/RAÇA- BRASIL, 2002 A 2010	34
--	-----------

GRAFICO 2- ORDENAMENTO DAS UF SEGUNDO TAXAS DE HOMICÍDIO BRANCO. POP. TOTAL, 2012/ GRAFICO 6.2.3 ORDENAMENTO DAS UF SEGUNDO TAXAS DE HOMICÍDIO NEGRO. POP. TOTAL, 2012	34
---	-----------

GRAFICO 3- EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIO DE MULHERES BRANCAS E NEGRAS NO BRASIL (POR 100 MIL), 2003/2013	35
---	-----------

INTRODUÇÃO

Após ingressar na Universidade Federal de Juiz de Fora, (UFJF) tive contato com livros e autores que me propiciaram um movimento de metanoia, ou seja, de desconstrução de certas ideias que eu trazia como verdades absolutas. O curso de Serviço Social me estimulou a realizar uma leitura crítica do mundo, contribuindo para que eu viesse ultrapassar a visão imediatista das coisas e começasse a perceber a totalidade dos fatos. Assim, minha linha de pesquisa direcionou-se para a questão étnico-racial. Esse movimento de investigação foi motivado pelo próprio fato de eu me descobrir como negra.

O tema desse trabalho emergiu a partir das minhas experiências de acolhimento realizadas no Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil (CAPSi), local onde realizei os estágios I, II e III. Durante o tempo que atuei, pude observar que a maioria dos usuários que desenvolve seu tratamento na instituição são negros. O contato estreito com os usuários possibilitou-me perceber, nas falas e no comportamento que apresentavam que o sofrimento mental que portavam encontrava-se associado com experiências de violência e racismo vividas. Observei que alguns adolescentes e crianças não aceitavam sua identidade negra, sendo essa uma ferida subjetiva para cada um deles, que fomenta e desencadeia um sentimento de repulsão de sua imagem. A partir de suas falas e relatos da trajetória de vida foi possível constatar que haviam sido vítimas de violência racial praticada por familiares, por instituições públicas e privadas e, de uma forma geral, por toda sociedade.

O objeto desse trabalho é o sofrimento psíquico produzido pelo racismo. O objetivo é compreender o processo de sofrimento mental da população negra fomentado pela sua inserção precária do mesmo na esfera social.

Quando os negros foram libertados, não foram acolhidos com políticas de inserção na vida social. Pelo contrário, foram vítimas das novas formas do racismo científico e da estigmatização, da desigualdade de oportunidades, da

construção do mito da democracia racial, da política pública do branqueamento e da meritocracia. Ou seja, ao ser libertado da escravidão, a população negra deparou-se com novas formas de desvalorização e de inferiorização.

Diante desse cenário é possível perceber que o racismo adquiriu um status de naturalidade ou até mesmo de invisibilidade, como aponta Menezes (2013). O racismo produz baixa-autoestima, depressão, ansiedade, medo, desejo de embranquecer e repulsão da própria identidade negra:

[o racismo] causa profundas lesões na autoestima, na autoconfiança e nos papéis sociais desses sujeitos. Pode-se pensar, em decorrência disso, na ausência de denúncias de preconceitos e discriminação recebidos nos hospitais [...] (HONNETH 2003 *apud* TAVARES; OLIVEIRA; LAGES, 2013, p. 581).

Considero que o tema proposto possui grande relevância para o âmbito acadêmico, proporcionando reflexão não somente para o curso de Serviço Social, mas também para outros profissionais. De maneira, que amplia a discussão sobre tal assunto permitindo que o mesmo ultrapasse os muros da universidade, proporcionando o conhecimento e contribuindo para a produção de consciência sobre os efeitos do racismo sobre a subjetividade da população negra.

O tema será desenvolvido baseado na minha experiência no campo de estágio e em autores que abarcam o aspecto do colonialismo, eurocentrismo, a questão da esfera subjetiva dos sujeitos negros e a conjuntura da sociabilidade capitalista que produziu as condições para a estruturação do racismo. Dessa maneira, o trabalho será desenvolvido em dois capítulos: no primeiro, abordo a construção sócio histórica brasileira, levando em consideração a violência do processo de colonização, o eurocentrismo, a escravidão e as consequências que perduram até os dias atuais. No segundo capítulo, aponto a questão do sofrimento psíquico da população negra em decorrência do racismo a que se encontram constantemente expostos e as consequências para a construção de sua identidade.

CAPÍTULO 1

EUROCENTRISMO, COLONIZAÇÃO E VIOLÊNCIA

Prado Júnior (1957) em sua obra, “O Sentido da Colonização”, afirma que é necessário compreender a iniciativa da colonização brasileira, não como um fato necessário de descobrimento ou um acontecimento espontâneo, mas, sim, por motivações de maximização de lucro, isto é, como demanda da expansão do capital comercial. Logo, a inserção nas terras virgens do Novo Mundo desencadeou uma circunstância particular na formação e no desenvolvimento do capitalismo, como por exemplo, a concentração de terras nas mãos de uma minoria, a dependência¹ econômica estrutural e, por fim, o exercito industrial de reserva que se forma quando ocorre o rompimento do sistema escravocrata.

Botelho (2013) argumenta, em seu artigo, que devemos relacionar a “descoberta” do continente americano não, apenas, com a construção da identidade histórica e geográfica, mas, também, com base na construção da subjetividade moderna, haja vista a dominação da América pelo eurocentrismo, ou seja, pela imposição da ideia de superioridade europeia. Contudo, a pretensa autossuficiência do perfil europeu sustenta sua base na forma violenta como produziu uma esfera periférica:

Assim, o “evento” que é a descoberta da América e sua violenta colonização não é um sombrio desvio na história da modernidade, mas a demonstração de suas condições mais elementares, seu ponto de partida e sua natureza mais evidente, reafirmada de modo insuportável posteriormente. Como deixaria evidente Braudel, “a América foi ‘obra’ da Europa, a façanha através da qual a Europa revelou mais autenticamente sua própria natureza”(SALE, 1992, p. 252 apud BOTELHO, 2013, p. 203).

Botelho aponta que a invasão da América por Cristóvão Colombo em 1492, através das grandes navegações, constituiu uma ponte para a constituição do mercado mundial:

¹ Uma vez que o desenvolvimento desigual e combinado se torna funcional ao sistema de modernização do capitalismo.

[...] a Europa se torna o centro a partir do qual se interligam a América (suas terras de além-mar), a África (futura fornecedora de força de trabalho escrava) e a Ásia (fonte das tão disputadas especiarias). A viagem de Colombo, símbolo máximo do nascimento de um novo mundo, uma nova época, é também o evento inicial do domínio mundial europeu. Nascia assim o “moderno sistema mundial” (Wallerstein), uma articulação de territórios em diversas partes do mundo através de um sistema de circulação de mercadorias em sua fase inicial (“capitalismo comercial”) (BOTELHO, 2013, p. 199).

A violência e a crueldade imposta sobre os indígenas foi unicamente motivada pelo desejo de expansão territorial/ comercial. Portanto, ao destruir a cultura e as formas de viver dos indígenas, a colonização europeia impõe, não apenas, uma nova ordem burguesa, mas, também, uma subjetividade marcada pela noção de inferioridade do outro:

A colonização não é apenas um movimento objetivo violento de construção da ordem burguesa através dos recursos monetários (ouro e prata), recursos naturais (madeira, tabaco, açúcar, café e etc.) e força de trabalho (negros e indígenas) –todos esses “fatores de produção” arrancados, expropriados e explorados aos limites do imaginável. A colonização é também um processo subjetivo de construção da consciência burguesa, que cria a representação de sua própria condição numa ordem social e natural, ao mesmo tempo que projeta sobre o Outro uma imagem inferiorizada nesta ordem. Todo esse movimento de constituição da consciência moderna é um processo subjetivo, mas não num sentido particularizado – embora sua individualização seja a própria forma de existência do sujeito burguês iludido de uma autoconsciência, livre e com vontade plena. a colonização é a própria origem social da subjetividade transcendental, a forma moderna de relacionamento subjetivo- simbólico, matriz formal da consciência burguesa (BOTELHO, 2013, p. 212-213).

Botelho (2013) ressalta que Montaigne (2013) propôs que os europeus pagassem uma indenização aos nativos, ao Brasil e ao mundo por terem abatido o “paraíso” com sua ganância e ódio. Com a colonização, os nativos se depararam com cenas de horror, como assassinatos dos chefes das tribos, de crianças, grávidas, anciões e estupros coletivos das índias. Dessa maneira pode-se afirmar que ocorreu o genocídio² dos indígenas e das culturas nativas em favor da cultura e de valores ocidentais questionáveis:

² A palavra genocídio vem da junção dos termos: *génos* (grega) que significa raça, povo, tribo, grupo, nação com a palavra *caedere* (latim) que quer dizer destruição, aniquilamento, ruína, matança etc.

No Dicionário Aurélio tem-se a seguinte definição para genocídio: "crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar

Como deve ter sido fácil obter vantagem sobre almas tão inocentes e tão ansiosas de aprender, na maior parte das vezes abandonando inclinações antes naturalmente tão boas? [...] o que fizeram foi tirar proveito da ignorância e da inexperiência deles, induzindo-os com a maior facilidade à deslealdade, luxo, avareza e a todas as formas de desumanidade e crueldade, pelo padrão e exemplo de novos costumes (MONTAIGNE, 2013, p. 60 *apud* BOTELHO, 2013, p. 206).

Destacando essa obra manuseada pelos colonizadores pode-se afirmar que a realidade atual é o reflexo da totalidade construída na formação sócio-histórica brasileira, com isso como pondera Montaigne (*apud* Botelho, 2013) a mercadoria que atraiu os olhares elevou seu preço.

Entretanto, alguns pensadores fortaleceram a ideia de supremacia ocidental reafirmando a inferioridade dos índios e culpabilizando os mesmos para justificar a violência empregada na relação colonizador/colonizado. Para a maioria dos iluministas, os nativos da América e da África não passavam de:

bárbaros, simples, iletrados e em educação bestas totalmente incapazes de aprender nada que não sejam habilidades mecânicas, cheios de vícios, cruéis e de tal índole que é aconselhável que sejam governados por outros (WALLERSTEIN, 2007, p. 19 *apud* BOTELHO, 2013, p. 207).

Conforme Botelho (2013), Hegel foi um grande filósofo, mas expressou uma visão preconceituosa sobre o continente americano, uma vez que, em sua *Filosofia da História*, que aborda a temática universal considerou a existência de apenas três continentes no mundo que seriam a Europa, a Ásia e a África.

A partir de meados do século XVI, os europeus optaram pela utilização maciça da força de trabalho dos negros, consolidando, assim, o mercado escravocrata. A motivação que direcionou os colonos a substituir os nativos pelos escravos negros é controversa. Para Botelho (2013), não somente os negros cumpriam as ordenanças dos homens brancos, mas os indígenas também, ou seja, não é possível sustentar a ideologia de alguns autores que

membros seus, causar-lhes graves lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de destruí-lo fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças num grupo para outro" (SAVAZZIONI, 2009, p. 01).

afirmam que os colonos se interessaram pela atividade laboral do negro pela força que esses possuíam e, por esse motivo, realizavam suas funções de maneira ágil. Isto é, tanto negros como indígenas executavam trabalho forçado, pois, caso contrário, poderiam ser castigados. Alguns teóricos afirmam que a opção pela escravidão massiva dos africanos derivou da proibição oficial da escravidão dos indígenas colonizados produzida pela abertura do mercado transatlântico da população negra.

Botelho (2013) cita o posicionamento de Eric Williams, para quem a questão não se encontra na aptidão física, mas, sim, é uma escolha baseada fundamentalmente no mercado, tendo em mente que o caminho mercantil conhecido e lucrativo do “comércio triangular” conectava três continentes circulando com diversas mercadorias em seus porões:

[...] somente com o transporte da força de trabalho entre continentes poderiam a metrópole faturar. Se os índios fossem utilizados massivamente como escravos, o comércio de cativos seria interno às colônias – e já não poderiam ser utilizados massivamente porque foram exterminados, muitas ilhas da América Central apresentando inclusive escassez de mão-de-obra (BOTELHO, 2013, p. 215).

Para Williams, a escravidão originou o racismo:

A escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão. O trabalho não-livre no Novo Mundo era [...] branco, negro e amarelo [...] e pagão (WILLIAMS, 1975, p. 12 *apud* BOTELHO, 2013, p. 215).

Logo, torna-se necessário desmistificar a ideia engendrada e reproduzida de que os negros são escravizados por conta de sua estrutura biológica³:

Não obstante, trata-se de um pobre constructo ideológico que não tem, literalmente, nada que ver com a estrutura biológica da espécie humana, mas tem tudo a ver, em troca, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado (QUIJANO, 1999, p. 186 *apud* BOTELHO, 2013, p. 215).

Alguns autores afirmam que a colonialidade é uma herança das relações sociais. Todavia, Botelho (2013) ressalta que utilizar o termo herança

³ Uma vez que esta impressão resulta no preconceito.

no sentido das determinações coloniais se torna equivocado, uma vez que *herança* se restringe a uma época anterior. Então, deve-se investigar de maneira criteriosa a utilização de tal termo e ponderar que o elemento colonial baseado na submissão de alguns – indígenas e negros - na execução de trabalho não-assalariado, estabelecido como inferior, não é uma característica pré-capitalista, mas, o resultado dessa formação social, sendo esta a característica da modernidade instaurada nos países periféricos:

Examinemos a história do colonialismo e do imperialismo: o Ocidente eliminou os índios da face da terra e escravizou os negros; submeteu outros povos colonizados a uma sorte análoga, mas isto não impediu o Ocidente de apresentar e celebrar sua expansão como a marcha da liberdade e da civilização enquanto tal. E essa visão terminou de tal modo por conquistar ou condicionar poderosamente as próprias vítimas que, na esperança de serem cooptadas ao seio da “civilização”, interiorizaram a sua derrota cancelando a própria memória histórica e a própria identidade cultural (LOSURDO, 2004, p. 53 *apud* MENEZES, 2013, p. 39).

Em geral, emprega-se uma falsa ideia de que ocorreu uma troca de valores culturais entre os colonizados e os colonizadores, mas, na verdade, a relação estabelecida entre ambos resultou na submissão de uma cultura a outra, desencadeando o eurocentrismo.

1.1 Sobre o genocídio dos colonizados

A forma violenta pela qual os europeus se apropriaram do território americano produziu ações de resistência dos indígenas, uma vez que vêem seus filhos e sua parentela sendo assassinados por golpes de espada, sua tribo e suas ocas sendo destruídas e a opressão em se adaptar, de uma hora para outra, a uma nova forma de viver:

A violência colonial atingiu todas as formas possíveis, antecipando e sintetizando os momentos mais sangrentos da modernidade nos séculos seguintes (BOTELHO, 2013, p. 200). Entravam no povoado, não poupavam crianças nem velhos, mulheres grávidas e parturientes, abrindo-lhes o ventre e fazendo-as em pedaços, como se fossem cordeiros (LAS CASAS, 1986, p. 24 *apud* BOTELHO, 2013, p. 202).

Botelho (2013) pondera que as primeiras regras estabelecidas por Colombo são o imposto obrigatório por certa quantia de ouro de cada indígena e aqueles que não pagassem teriam suas mãos amputadas. Ensinavam os costumes cristãos para os índios, não levando em consideração seus valores, suas crenças e culturas passadas de geração a geração:

Isso não passava de uma forma velada de escravidão, pois os índios tornavam-se propriedade dos senhores, sendo obrigados a fazer toda a sua vontade, sob o risco de perder a vida (BOTELHO, 2013, p. 200).

As atrocidades que produziram o genocídio e o trabalho forçado foram denunciadas pelo frei dominicano Bartolomé de Las Casas. Ele denunciou o massacre cometido pelos espanhóis no “paraíso”. Essa violência ocorreu através de diversos métodos com resquícios de crueldade e pura ganância:

Colonos espanhóis cortavam índios ao meio apenas para averiguar se suas espadas estavam bem afiadas; decapitações e enforcamentos como forma de punição eram comuns; fogueiras eram acesas para queimar líderes astecas ou maias; cães treinados para, em matilha, esquartejar crianças, jovens ou mesmo adultos; bebês eram alimentos para cães; orelhas eram cortadas daqueles que se recusavam a servir aos espanhóis; mãos amputadas por punhais para que os demais índios aprendessem com o exemplo; por vingança, mulheres e crianças eram lançadas em valas forradas com estacas afiadas [...] estupros coletivos eram comuns assim como aldeias e vilas queimadas para expulsar os índios das terras de interesse colonial. [...] eram obrigados à construção de fortes, igrejas e vilas inteiras para os brancos, num processo exaustivo e com quase nenhum descanso. [...] trabalhavam como escravos em minas de esmeraldas ou mergulhavam por longos minutos à procura de pérolas nos mares do Caribe, onde morriam afogados (BOTELHO, 2013, p. 201).

A violência bélica da modernidade, que marcou a formação sócio histórica do Brasil e do continente americano, derivou não somente do objetivo de forçar os indígenas a trabalhar e assim proporcionar riqueza, mas, também, pelo desejo dos colonizadores de se encontrar no ápice da economia. Sendo assim, é possível constatar duas motivações por novas terras, de maneira que a primeira é ampliação do auge dos senhores espanhóis e a segunda é a ampliação da cristianização. Todavia, tais motivações eram apenas uma “peça teatral”, haja vista que a expansão comercial/ lucratividade sempre foi a bandeira dos colonizadores. Por este fato não se preocupavam com o

extermínio direto, apontado anteriormente e tão pouco com extermínio indireto, através de doenças e epidemias que os imigrantes infectados trazem consigo.

Muitos padres batizavam os colonizados no seu último minuto de vida, enquanto estavam presos em troncos, pendurados em árvores com seus pés na fogueira “ou quando murmuravam suas últimas palavras em línguas desconhecidas para os brancos ” (BOTELHO, 2013, p. 205).

Diante da verdade do genocídio dos nativos, Botelho (2013) critica Hegel (1971), que visualizou o extermínio dos indígenas do Novo Mundo como um sinal da sua própria “fraqueza”:

A América tem demonstrado sempre fraqueza tanto física quanto espiritualmente. Desde que os europeus desembarcaram na América, os indígenas têm decaído, pouco a pouco, diante do sopro da atividade europeia, e com este não poderia mesclar-se os aborígenes, por isso foram deslocados (...). A inferioridade destes indivíduos em todo os sentidos, sobretudo na estatura, pode ser julgada por completo (HEGEL, 1971, p. 105 *apud* BOTELHO, 2013, p. 209).

Immanuel Kant, considerado um importante teórico da subjetividade - sua análise dos fundamentos transcendentais é voltada para a definição da liberdade, do desejo, da igualdade e da universalidade – “sintetizou como ninguém as contradições da racionalidade classificatória, seletiva e excludente”(BOTELHO, 2013, p. 210) do mundo ocidental. Assim se pronunciou o filósofo alemão em relação aos negros:

Os negros da África carecem por natureza de uma sensibilidade que se eleva por cima do insignificante. O senhor Hume desafia qualquer um a apresentar um exemplo em que o negro tenha mostrado talento, afirma que entre as centenas de milhares de negros transportados para terras estranhas, e ainda que muitos deles tenham obtido a liberdade, não se encontrou um somente que tenha imaginado algo grandioso como na arte, na ciência ou qualquer outra qualidade honrável é comum o caso daqueles que suas condições se levantam de um estado humilde e conquistam uma reputação vantajosa. Tão especial é a diferença entre estas duas raças humanas, apresentando-se tão evidente nas faculdades espirituais quanto na cor (KANT, 2013 *apud* BOTELHO, 2013, p. 210).

Nesse instante, Immanuel Kant mostra uma reflexão fragmentada e aparente, não sob uma estrutura investigativa que se direciona até a essência dos fatos para, assim, visualizar a realidade de maneira totalizante.

Conforme Quijano, o genocídio dos índios, na primeira década da colonização, não foi resultado de enfermidades ou da violência no momento da conquista do território, mas, principalmente, pela maneira intensiva como sua mão de obra foi utilizada nas minas.

A diferenciação, a separação e a seleção baseada na ideia de raça desencadeada pelo processo de conquista do Novo Mundo, abriu o leque da abstração das particularidades culturais de cada tribo, como argumenta Botelho (2013). No instante em que todos são reduzidos à classificação de índios, ou negros, somente, não levando em consideração a cultura passada de geração em geração, isto é, taxando-os simplesmente com um perfil vazio de significado.

Uma infinidade de centenas de etnias diversas são apagadas do conhecimento ocidental e simplesmente convertidas em *indígenas* ou, o que revela ainda mais o ponto de vista da dominação colonial, “povos pré-colombianos” (BOTELHO, 2013, p. 214).

Botelho (2013) menciona que, mesmo os catequizadores, tidos como defensores dos nativos, relacionavam-se com os indígenas de maneira autoritária:

A diferença entre os conquistadores genocidas e os padres catequizadores não é de natureza, mas de método: ambos partiam do mesmo pressuposto da superioridade branca europeia, empenhados na conquista *material* ou *espiritual* (BOTELHO, 2013, p. 205).

Considerados inferiores e classificados como selvagens, os nativos foram submetidos ao aprendizado civilizado. Para o eurocentrismo, toda a violência justificava-se como necessária diante da necessidade de civilização:

[...] então para as gerações seguintes toda a destruição poderia ser justificada, se não econômica, pelo menos espiritualmente pelo *trabalho de civilização* (BOTELHO, 2013, p. 205).

Conforme Quijano (2005), o descobrimento do Novo Mundo traz consigo duas implicações: 1) o despojo daquele povo nativo do seu lugar na influência

histórica, de maneira que, a partir deste momento, não seriam nada mais que raças inferiores, destinados somente a reproduzir culturas impostas. 2) a adaptação aos novos costumes mediante o abandono da singularidade de seu perfil o que lhe causou angustia e inquietação:

[...] “certos espanhóis” [...] viraram “de cabeça para baixo” a “ parte mais rica e mais bonita do mundo”, simplesmente para “tráfico de pérolas e de pimenta”. *Mas tudo no fim se torna uma mera reclamação diante da oportunidade perdida de tê-los ensinado a ser civilizados* (MONTAIGNE *apud* BOTELHO, 2013, p. 206).

Diante da privação de viver sua cultura e ser obrigado a ocultar sua identidade, muitos nativos suicidavam-se. A colonialidade do poder implica também a imposição de um novo padrão cognitivo, fomentando uma nova perspectiva de conhecimento aos sujeitos, instalando a ideia de que os nativos são inferiores e primitivos, como argumenta Quijano (2005). O mesmo ocorreu com os escravos negros:

Cerca de 50 milhões de africanos foram trazidos de seu país de origem a partir do século XVI para ser força de trabalho escravo, sendo obrigados à prática de exploração e forçados a romper com sua identidade étnica e cultural, o que deixou marcas profundas na memória e na subjetividade das gerações (CARDOSO, 2013, p. 77-78).

Milhares de culturas foram transformadas na mais infame das mercadorias e simplesmente designadas como africanos ou mouros – também esta última uma denominação histórica e geográfica que é parte do nascimento da identidade europeia. Por fim, em cerca de 20 anos, no final do século XIX, pelo menos 10 mil tribos africanas foram convertidas em 40 Estados, 36 sob domínio colonial europeu (FERGUSON, 2010, p. 239 *apud* BOTELHO, 2013, p. 214).

Retirados do continente africano e inseridos como escravos, em uma cultura e uma geografia totalmente diferentes, os negros se veem diante da mudança repentina de identidade, uma vez que não eram chamados pelo seu nome de nascimento, sendo renomeados.

A ‘conquista’ é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o Mesmo. O Outro, em sua distinção, é negado como o Outro e é obrigado, subsumido, alienado para incorporar-se à totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como ‘encomendado’, como assalariado (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar ou outros produtos tropicais (DUSSEL, 1992, p. 41-42 *apud* BOTELHO, 2013, p. 204).

1.2 Capitalismo mundial e divisão racial da humanidade

As relações sociais que se estruturaram com a colonização e a imposição da superioridade europeia e, conseqüentemente, da ideia do eurocentrismo, destruíram as formas de conhecimento do mundo desenvolvidas pelos nativos e afirmaram “o homem branco como base para a formação abstrata da racionalidade” (BOTELHO, 2013, p. 216). Visto que, os povos não-europeus foram considerados “desprovidos da mesma capacidade intelectual que o homem branco (BOTELHO, 2013, p.16).

De acordo com Quijano (2005), a modernidade criou a ideia de raça, bem como a divisão racial da humanidade baseada nas diferenças fenotípicas entre brancos e negros, entre os conquistados e os conquistadores, impondo uma estrutura de hierarquia entre superiores e inferiores. Dessa maneira, as relações sociais estabelecidas são desenvolvidas mediante papéis, funções e identidades hierarquizadas. Então, “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117).

[...] a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como principal elemento constitutivo, funcional, das relações de dominação [...]. Nessas bases, [...] foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da *categoria racial*.

O eurocentrismo⁴ é uma chave fundamental para outorgar legitimidade no processo de dominação imposta no momento da invasão⁵, desencadeando uma expansão do colonialismo europeu em toda parte do mundo. Com a constituição da sociabilidade capitalista, a América permaneceu sendo

⁴ “[...] novo padrão de poder mundial. Elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus” (QUIJANO, 2005, p.117-118).

classificada como inferior no âmbito mundial e diferenciada pelos grupos que a compõe, uma vez que,

O nascimento da moderna sociedade capitalista na Europa é tanto um resultado da espoliação colonial quanto da discriminação e seleção estabelecida com a invenção do conceito de raça (BOTELHO, 2013, p. 221).

Quijano (2005) alerta que, mesmo quando vendem sua força de trabalho e recebem salário como pagamento pelo dispêndio de força física, as condições dos descendentes de índios e africanos são, quase sempre, inferiores, em comparação com o assalariado branco. A situação é ainda mais grave quando comparada com mulheres negras e indígenas. Dessa maneira, a posição que esses grupos, racial e sexualmente classificados, ocupam na estrutura do modo de produção capitalista impossibilita tais indivíduos a obter acesso à riqueza socialmente produzida (Botelho, 2013). Haja vista que o “produto mental e social” (BOTELHO, 2013, p. 221) construído na invenção da América, ou destruição da mesma, não passou por um processo de metamorfose. Porquanto:

[...] desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilegio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (QUIJANO, 2000, p. 207-208).

Estruturou-se uma forma desigual de inserção dos indígenas e negros na economia capitalista - desigualdade no mercado de trabalho e discriminação no interior do trabalho assalariado. Dessa forma, os aparatos de gestão e administração das empresas são construídos sob bases da colonialidade do poder, haja vista que, no momento de seleção para certos postos de trabalho utilizam-se critérios de inferioridade intelectual dos negros e indígenas.

Segundo Menezes (2013) a desigualdade sociorracial brasileira atinge o âmbito da divisão sócio técnica do trabalho justificando a ocupação da população afrodescendente nas piores posições remuneradas e de menor status social. São raros os negros que alcançam postos de trabalho historicamente reservados para os brancos. Dessa maneira, Hasenbalg (1979)

assegura que o racismo apresenta alguns objetivos tais como a desqualificação dos não-brancos que contribui para privá-los da disputa, com isso o grupo dominante de pele branca permanece na vanguarda das conquistas, ou melhor, dos benefícios e privilégios.

Para não responsabilizar os colonizadores pelas péssimas condições de vida da população negra, desenvolveu-se uma construção mental denominada “mérito pessoal”, ou seja, a capacidade, a força de vontade, o comprometimento e a disciplina, como ponte para o êxito social dos sujeitos. Os discursos oficiais apontam que as oportunidades são iguais para todos, mas que apenas alguns possuem a sabedoria de utilizar. Todavia, tal noção de “igualdade de oportunidade” é uma falácia, como afirma Mészáros (2004, p. 544)

(...) a “igualdade de oportunidade” sem que seja realmente oferecida [...] é inteiramente vazia, se não uma complexa fraude. Não diz nada sobre o ponto de partida dos competidores, embora ninguém possa negar que o *ponto de partida* tem uma relação vital com o resultado de qualquer competição. (...) Por isso é obsceno falar em “igualdade de oportunidade” se o próprio ponto de partida permanece *incorrigivelmente desigual*. Os dados se encontram *viciados* contra a grande maioria dos competidores, tornando qualquer avanço significativo nesse aspecto completamente impossível, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos (e privilegiados), que dirá em seus dependentes subdesenvolvidos no “Terceiro Mundo”. A recusa categórica de levar em conta esta circunstância revela o verdadeiro significado do “universalismo ocidental” do capital (*apud* MENEZES, 2013, p. 40).

Menezes (2013) afirma que emergiu no país uma “segregação à brasileira”, que define o lugar que o negro pode ocupar desencadeando, assim, a dificuldade do mesmo se inserir e permanecer nas instituições de educação. Consequentemente, este empecilho o limita de alcançar determinados postos na cadeia produtiva.

As políticas afirmativas, por exemplo, são uma grande conquista da população negra e indígena, pois sabe-se que a universidade foi criada para um grupo específico, para o homem, branco, heterossexual, católico, pertencente à elite. Mas é necessário desenvolver políticas de permanência para esse público, visto que muitos trabalham e seu rendimento escolar é

baixo. Januário (2013, p. 105) apresenta resultado de entrevistas realizadas com gestores da UFRJ abordando a temática de cotas. Um deles afirmou:

O ingresso de negros (as) nas universidades pelas cotas, pode ocasionar um déficit na qualidade, no nível do ensino e no prestígio da instituição, devido ao fato do aluno ou aluna negra não apresentar um nível satisfatório de capital cultural, ou mais exatamente, por não apresentar o mesmo grau de aquisição culturais dos(as) alunos(as) brancos(as).

O colonizador europeu impôs uma nova estrutura do trabalho no Novo Mundo:

[...] na constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção- apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. [...] porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. [...] estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos (QUIJANO, 2005, p. 118).

O capitalismo criou um novo padrão de dominação mundial e um novo universo de relações materiais e intersubjetivas.

Com a América inicia-se, assim, todo um universo de novas relações materiais e intersubjetivas. É pertinente, por tudo isso, admitir que o conceito de modernidade não se refere somente ao que ocorre com a subjetividade, não obstante toda a tremenda importância desse processo, seja pela emergência do ego individual, ou de um novo universo de relações intersubjetivas entre os indivíduos e entre os povos integrados ou que se integram no novo sistema-mundo e seu específico padrão de poder mundial. [...] as mudanças ocorrem em todos os âmbitos da existência social dos povos, e portanto de seus membros individuais, tanto na dimensão material como na dimensão subjetiva (QUIJANO, 2005, p.123, 124 e 125).

Segundo Quijano (2005), a constituição do sistema capitalista - como sistema mundial – teve por base a relação territorial centro-periferia. O conjunto das periferias veio se constituir em um mundo dominado pela Europa:

[...] em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao "sistema-mundo" que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005, p. 121).

Dessa maneira instala-se a relação econômica, política e cultural a partir de uma troca desigual entre os países centrais e os países periféricos, tais como os latino americanos. Na divisão internacional do trabalho, os países periféricos especializaram-se em produzir, principalmente, produtos primários para exportação, enquanto os países centrais especializaram-se na produção industrial e na criação de tecnologias de ponta. Logo, tal relação de troca pode ser caracterizada como desfavorável para a economia dependente. Assim,

A acumulação e concentração de capital na Europa, que permitiu a esta "nova identidade geocultural" dar um salto histórico como centro do sistema mundial capitalista, tem suas raízes no mesmo processo de constituição de relações opositivas "centro-periferia", seja no plano econômico, seja no plano político ou cultural. Pois a concepção de uma superioridade frente às demais culturas é parte do histórico de exploração, pilhagem e destruição da América (BOTELHO, 2013, p. 221).

Botelho (2013) pontua que a descoberta da América foi uma jogada de xeque mate, uma vez que construiu um cenário de contradição que é favorável para o desenvolvimento amplo dos países centrais, ou seja, a invasão dos territórios "virgens" proporcionou a ampliação do domínio europeu e a constituição de um sistema que se tornou mundial:

Essa ampliação do território sob domínio europeu é atravessado por paradoxos, cuja expressão mais evidente é o estatuto do índio, reconhecido como livre do pecado ou da vergonha mas que precisa ser civilizado exatamente pela sua inferioridade natural (BOTELHO, 2013, p. 213).

a configuração periférica do subcontinente é mediada por complexas relações de identificação racial, formas de produção, hierarquização do poder e estruturas cognitivas (BOTELHO, 2013, p. 196).

Uma vez que não é possível visualizar as relações mercantis de maneira plena e equilibrada, mas um desnível na economia, na política e a diferenciação racial que perpassa por traços culturais e sexuais. Sendo tal desnível estrutural e funcional para os países centrais é possível ressaltar que os países periféricos não são a penas um apêndice do mercado e do centro capitalista, mas, um território de grande importância que sustenta a circulação da produção com nula interrupção, ou seja, fomenta o crescimento, em espiral, da maximização do lucro acordado pela mais-valia, isto é, pelo trabalho não pago.

Em relação à inserção dos negros no sistema mundial capitalista, é possível afirmar que a cor de pele é reconhecida como um impedimento para tal, como pontua Quijano (2000), há uma relação entre a classificação racial e as formas de inserção no novo mundo comercial do capitalismo:

Se o trabalho livre é a forma moderna mais acabada de relacionamento social, então o resultado mais profundo da colonialidade é a determinação de que formas não-assalariadas de produção devam ser adjudicadas aos grupos inferiores na distinção racial (QUIJANO, 2000 *apud* BOTELHO, 2013, p. 217).

1.3 A abolição da escravidão para modernizar as formas de exploração do trabalho

Roberto Schwarz (2012, p.12) ao abordar a repercussão da abolição da escravidão, afirma que alguns “autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravocrata e as ideias do liberalismo europeu”. A diferença gritante que há entre ambas é que, enquanto no Brasil a exploração não era ocultada, durante a vigência do sistema escravocrata, a segunda se afirmava em uma hipocrisia ideológica⁶, uma vez que os trabalhadores livres

⁶ Liberdade de trabalho, igualdade perante a lei e o universalismo.

continuavam explorados. Assim, a ideia de liberdade era uma *escravidão para escravos assalariados*⁷.

Sumariamente esta montada uma comédia ideológica, diferente da europeia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologias na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso (SCHWARZ, 2012, p.12).

Quando o “Brasil” decidiu abolir a escravidão, não por iniciativa própria, mas, por influência e conveniência econômica dos países centrais, Schwarz (2012) indaga a *impropriedade do pensamento brasileiro*, como se o povo tivesse sido banido do próprio território ou até mesmo de sua própria história:

[...] havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais. [...] No plano das convicções, a incompatibilidade (SCHWARZ, 2012, p.13).

A presença do escravismo no Brasil não somente demonstrava a impropriedade das ideias liberais, mas, também, preocupava as nações emancipadas que desejavam ampliar a esfera de circulação de suas mercadorias, o que somente seria possível através de uma transição para o trabalho assalariado. Todavia, tal pensamento não derivava de uma perspectiva de bondade ou da compreensão que todos eram iguais independentemente de sua cor de pele e, sim, por um viés de maximização de lucro.

O processo da abolição⁸ da escravidão no Brasil ocorreu de maneira lenta e gradual, começando com a *Lei Eusébio de Queirós nº 581, de 4 de setembro de 1850*. Essa Lei foi promulgada com o intuito de proibir o tráfico de escravos da Costa d’África para o Brasil, visto que, “desde 1815 se assistia às inúteis tentativas britânicas de acabar com o tráfico de escravos” (SANTOS,

⁷ As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (QUIJANO, 2005, p. 118).

⁸ O Brasil [...] seria caracterizado como “um país sem povo”. País sem povo, porque entre senhores e escravos perdurava enorme massa de pessoas destituídas de propriedade e de instrumentos produtivos, desempenhando tarefas acessórias, sobrevivendo em pequenas glebas de terra ou vagando pelos campos e cidades sem função econômica estável e precisa (KOWARICK, 1987, p. 35).

2013, p. 35). Flávio Santos (2013) afirma que o movimento do porto foi obrigado a se adequar a nova lei que, inclusive, surtiu especulações e protestos, uma vez que a comunidade portuária indagava se tal lei era somente “feita para os ingleses ver”⁹. A Lei Eusébio de Queirós possui tal nomenclatura, pois é uma referência ao seu autor, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, senador e ministro da Justiça brasileira.

Em seguida a *Lei do Ventre Livre* conhecida também como “*Lei Rio Branco*” nº 2040, de 28 de setembro de 1871 trazia consigo a liberdade de todos os filhos de escravas nascidos a partir de tal lei. Todavia, a legislação estabelecia duas possibilidades para as crianças, que supostamente são consideradas livres, de maneira que as mesmas após nascer são direcionadas ao governo ou permanecem aos cuidados dos senhores até os 21 anos de idade. Essa última alternativa favorecia os senhores, visto que utilizava a mão de obra destes livres sem nenhuma remuneração por seu trabalho.

Posteriormente, emergiu a *Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe* nº 3270, de 28 de setembro de 1885 que libertava aos escravos com 60 anos de idade ou mais. Porém, diferentemente das leis anteriores, esta proporcionava aos proprietários de escravos uma indenização desembolsada pelos próprios libertos, de maneira que esses deveriam prestar serviços por três anos ou cinco a aqueles. Sendo assim, até que ponto o processo abolicionista emancipava os escravos? Pois, o que se verifica é uma aparente legislação que cedia às pressões britânicas. Segundo Furtado (2007 apud Cardoso 2013), o regime escravocrata retardava e entorpecia o desenvolvimento da economia do país. Contudo, houve resistência na Câmara e no Senado, pois os escravos sexagenários concentravam-se nas províncias cafeeiras.

A nomenclatura dessa lei deriva da referência de dois chefes de gabinete ministerial do Império, Conselheiro Saraiva e o Barão de Cotejipe que deram apoio à tal medida de lei.

⁹ Expressão social utilizada para se referir a nova Lei que atendia os interesses da Grã-Bretanha.

Por fim, implantou-se a *Lei Áurea* ¹⁰nº 3353 de 13 de maio de 1888 que extingue a escravidão no Brasil, sancionada pela princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança. Essa lei passou por votação na Câmara Geral, atual Câmara dos Deputados, e foi aprovada, não porque detinham uma concepção de que os negros deveriam se tornar cidadãos, mas pelo simples fato de que a mão de obra assalariada seria mais barata em comparação com a escrava e esses que eram tratados como mercadorias poderiam usar sua liberdade para reproduzir-se autonomamente e com isso consumir. Porém, a transição do escravismo para o trabalho livre não desencadeou melhores condições de vida para os homens de cor, agora libertos. Pelo contrario colocou-os em uma condição não somente de negros inferiores, mas também de sujeitos sem valor, desempregados, considerados preguiçosos, vagabundos, animais perigosos e desprezíveis. Cardoso (2013, p. 78) relata que:

[...] o escravo ganhou a sua “liberdade” e, em muitos casos, sofreu condições de vida ainda piores, posto que já não tinha sua sobrevivência garantida pelo seu senhor, tendo que competir no mercado d trabalho com o branco em situação de desvantagem, dado que era considerado inferior e menos capaz.

Ocorreu a desvalorização do negro no mercado de trabalho, sendo considerada a mão de obra europeia ideal para a desenvoltura do capitalismo no Brasil. Partindo de tal contexto, relata-se que

O negro cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livres, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original. É o escravo que ganhou liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica (IANNI, 1988, p. 239 *apud* CARDOSO, 2013, p. 78).

Alguns autores afirmam que os escravos *ganharam* a liberdade, Esse mito precisa ser esclarecido. Primeiramente os escravos exerceram diversas formas de resistência à escravidão como, por exemplo, a formação de quilombos, fugas, suicídios, assassinatos dos senhores e feitores, seqüestros de senhores, paralisações, sabotagens, roubos e a capoeira. E o segundo aspecto deriva da consciência de que na realidade não houve um extermínio

¹⁰ Após 400 anos de regime escravocrata o Brasil foi o último a abolir a escravidão, e mesmo assim tal atitude foi gerada no Brasil, mas por aqueles que almejavam a modernização do país.

da escravidão, mas uma modernização da mesma, então, não seria correto afirmar que um grupo de indivíduos “ ganhou” algo que é abstrato (abolição inacabada).

Menezes (2013) afirma que a população escravizada se constituía como a base de mão de obra, mas com a abolição da escravidão, não são vistos como sujeitos dignos de receber¹¹ pelo dispêndio de sua força física, então são substituídos pelos trabalhadores estrangeiros. Sendo assim, é notório que a ordem social não se preparou para absorver os ex-escravos de maneira efetiva. Ao adquirir o status de livres, a sonhada *carta de alforria*, iniciam a nova trajetória em um patamar diferente dos brancos, uma vez que são analfabetos, possuem somente sua força de trabalho para vender em troca de sua subsistência, pois, encontram-se despossuídos de todos os meios de produção. Portanto após a abolição dos homens¹² negros, os mesmos se tornaram “um contingente populacional ‘livre’, mas em situação de pobreza e miserabilidade” (MENEZES, 2013, p. 37).

Após a abolição, muitos negros foram expulsos das fazendas. Kowarick (1987) afirma que os mesmos direcionam-se para as cidades e não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Logo, não possuindo meios para sua subsistência e moradia, visto que muitos fazendeiros e setores da indústria brasileira preferiram a mão de obra de alemães, italianos, pois descreditavam na mão de obra nacional. Então:

“... Havia a questão da mentalidade (dos fazendeiros): um velho proprietário (...) cuja divisa de nobreza desde a juventude foi ‘sova e tronco’ não podia tolerar o trabalho livre, pode no máximo inventar ‘um estropiado sistema de parceria’ ”(GRIJALBO, 1977, p. 172 *apud* KOWARICK, 1987, p.70).

Botelho (2013) aponta que a população africana foi inserida no comércio mundial como mercadoria através da escravidão. Com isso, levando em consideração tal aspecto passado, tais grupos de cor são direcionados a

¹¹ Quijano (2000) aponta que desde o descobrimento do Novo Mundo os europeus tangenciavam o trabalho não pago com as “raças” dominadas, visto que eram subalternas. De maneira que são tão inferiores que não visualizam a dignidade de se inserir no mercado de trabalho para assim ocupar a posição de escravo assalariado. (apud Botelho (2013)).

¹² Utilização da nomenclatura homem para se referir a espécie humana e não a gênero.

ocupar cargos que segundo a visão eurocêntrica equivalem a sua identidade inferiorizada no moderno sistema mundial.

[...] diversos Estados latino-americanos tenham importado a força de trabalho imigrante europeia, *branca*, quando a era da escravidão necessariamente tinha que acabar (por pressão externa da Inglaterra ou em função da crise interna do escravismo). Desculpas, racistas não faltariam para comprovar que o trabalho assalariado não era aptidão de negros e indígenas (BOTELHO, 2013, p. 218).

1.4 Destituídos do direito à cidade

Uma vez libertos, os ex-escravizados do latifúndio iniciaram sua saga de ingresso nas cidades. Contudo, ao serem preteridos no mercado de trabalho urbano, em favor da mão de obra dos brancos europeus, a população negra passou a viver nos cortiços. No entanto, essas formas de moradia incomodavam a burguesia que afirmava que eram “insalubres, feias e atentatórias à moral”. A base dessa afirmativa eram o aspecto moral, de higiene, de estética e a afirmação de que, nesses locais, residia gente perigosa e degenerada:

(...) ‘evidencias científicas’ dos traços fisiológicos, que predestina as pessoas a tal ou qual comportamento desviante. Ou seja, os pobres poderiam ser perigosos, não apenas em função de sua sujeira, como focos potenciais de doenças (Faure, 1977), mas pelas suas características genéticas, que os predispunham à degeneração e a toda sorte de crimes (Dumont 1984)” (PESAVENTO, 1994, p.10).

De acordo com Abreu (2010), as pessoas que se encontravam morando nesses locais eram predominantemente os ex-escravos, trabalhadores que não foram inseridos no mercado de trabalho e os operários de indústria. Sem condições de pagar aluguel, direcionam-se para as áreas periféricas da cidade, onde já se encontravam alguns dos libertos, sendo que o meio que possibilitou a inserção destes sujeitos nos morros foi o fato de que buscavam concentrar-se em áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário tais como encostas de morros e beiras de córregos sujeitos a alagamentos ou a desmoronamentos. Portanto as pessoas que decidiram residir neste local não tiveram opção,

porque se tivessem não arriscariam suas vidas e não aceitariam tais formas aviltantes de moradia.

Abreu (2010) afirma que o espaço urbano encontra-se dividido entre cidade formal e favela, logo, cada cidadão que reside nessas áreas tão distintas vivem realidades opostas, pois enquanto no primeiro se observa infraestrutura, acesso a informação, ao lazer, a cultura e o direito de cidadão, no segundo têm-se deficiência de serviços fundamentais, desemprego e criminalização. Os indivíduos que residem nas favelas ficam praticamente proibidos de sair em direção ao centro da cidade em busca de diversão e interação. Estes sujeitos podem deslocar-se apenas para trabalhar, pois há uma “sistematicidade para manter a classe operaria afastada das ruas principais, tanto cuidado para esconder delicadamente aquilo que possa ofender os olhos ou os nervos da burguesia”(ENGELS, 2010, p. 90).

O termo favela, conforme Abreu (2010) é visto como sinônimo de lugar onde predomina violência, tráfico de droga e assassinato. A sociedade tem a noção de que as pessoas que residem neste ambiente sejam marginais, perigosos, bandidos. Quando afirmam tal ideia, estão reproduzindo a ideia do período escravocrata em que os negros eram tratados como animais, considerados astuciosos e perigosos. Após a Lei Áurea, não foram considerados cidadãos, assim, continuavam sendo subjugados a condições de vida aviltante (agora na favela). O racismo que se instituiu desde o período colonial, reformulou-se depois da abolição para segregar social e espacialmente os sujeitos de pele escura, considerados inferiores e preguiçosos. Conforme Campos (2009), o ato de colocar o negro no tronco, por exemplo, era considerado um modo de educar, domesticar e amedrontar os demais escravos que presenciavam a cena.

1.5 Violência e genocídio da juventude negra na atualidade

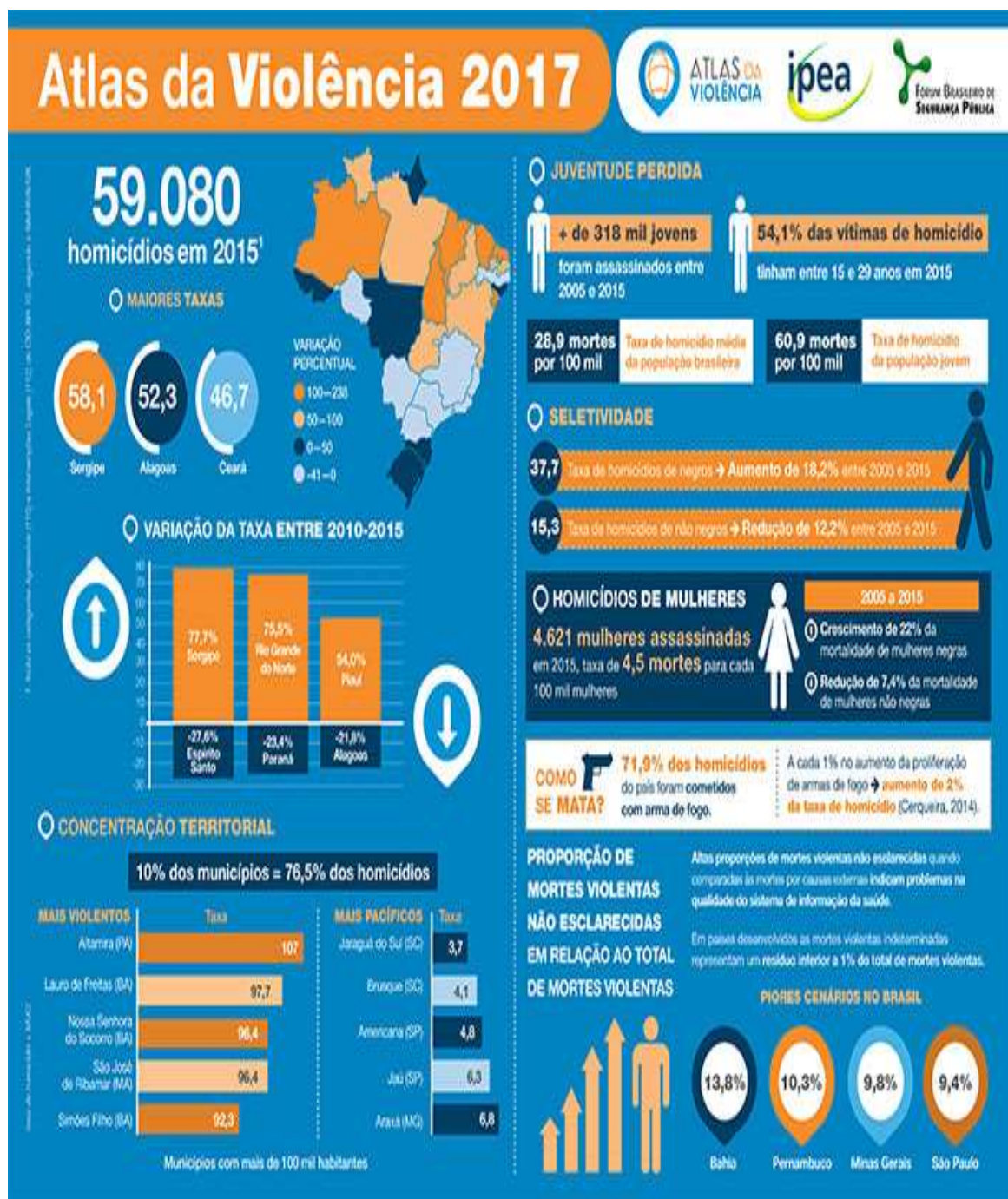
Os negros são, na atualidade, as maiores vítimas de violência tanto física, quanto verbal. O Brasil é considerado o vice-campeão mundial em

assassinatos de jovem negros, aponta o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), perdendo apenas para Nigéria. E o levantamento “Dinâmica Democrática da População Negra Brasileira”, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) reafirma esta realidade, pois, aponta que a população negra se encontra mais exposta à mortalidade por violência do que a população branca. A pesquisa utilizou diversos dados, como o censo 2010 do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2009 do IBGE e o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde de 2001 e 2007. Tais pesquisas concluíram que os negros mortos, com idade de 15 e 29 anos, é maior em comparação com os brancos. Os pesquisadores do IPEA entenderam que os jovens negros estão mais expostos a violência, por “causa externa”, como assassinato e acidentes, conforme os dados do SIM de 2007. Por isso:

A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica, cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que reviva distintos aspectos das experiências de suas precedessoras (HILL, 1987, p.32 *apud* PESAVENTO, 1994, p. 21).

O atlas da violência de 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mapeia os homicídios no Brasil, e analisa a taxa de homicídio no país desde 2005. Detalhando os dados obtidos por regiões, os jovens negros são as maiores vítimas de violência no país. O Brasil registrou, em 2005, 59.080 homicídios; alguns estados das Regiões Norte e Nordeste apresentaram crescimento superior a 100%, destacando o Rio Grande do Norte, com um crescimento de 232%. Em 2005, a taxa de homicídios era de 13,5 para 100 mil habitantes e, em 2015, essa taxa subiu para 44,9. O Atlas constatou que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil 71 são negros. Os negros são mais propensos a serem assassinados (23,5%) em relação a brasileiros de outra etnia, contando logicamente com o aspecto de idade, escolaridade, sexo e bairro de residência. Essas informações podem ser observadas na imagem de nº 1e nos gráficos abaixo:

Imagem 1:



De maneira sucinta, o gráfico abaixo demonstra que a taxa de homicídios da juventude negra, em todo o período de 2002 a 2010, sempre foi mais elevada em comparação com a juventude branca. Os resultados das pesquisas apontam, também, que enquanto a violência dos primeiros se agrava a dos segundos se reduz ano após ano.

Gráfico 1 : Baseado no *Mapa da Violência* de Waiselfisz (2012).

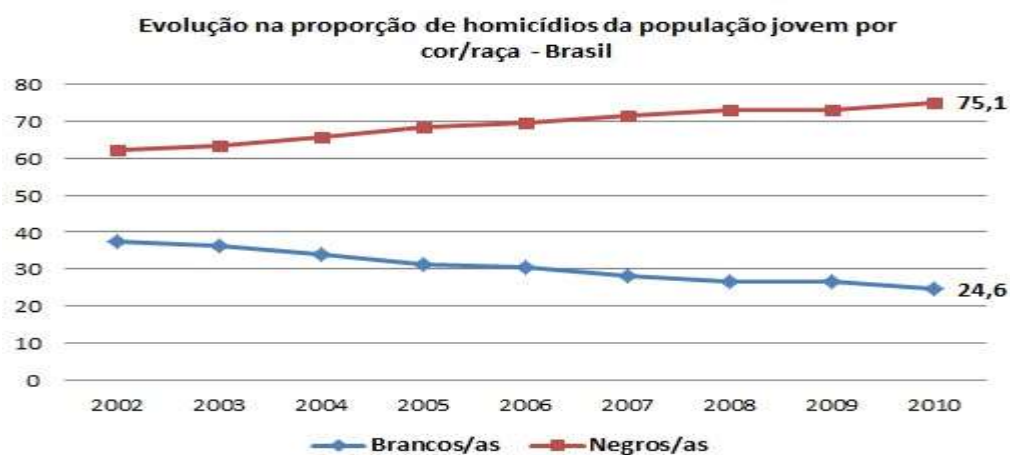
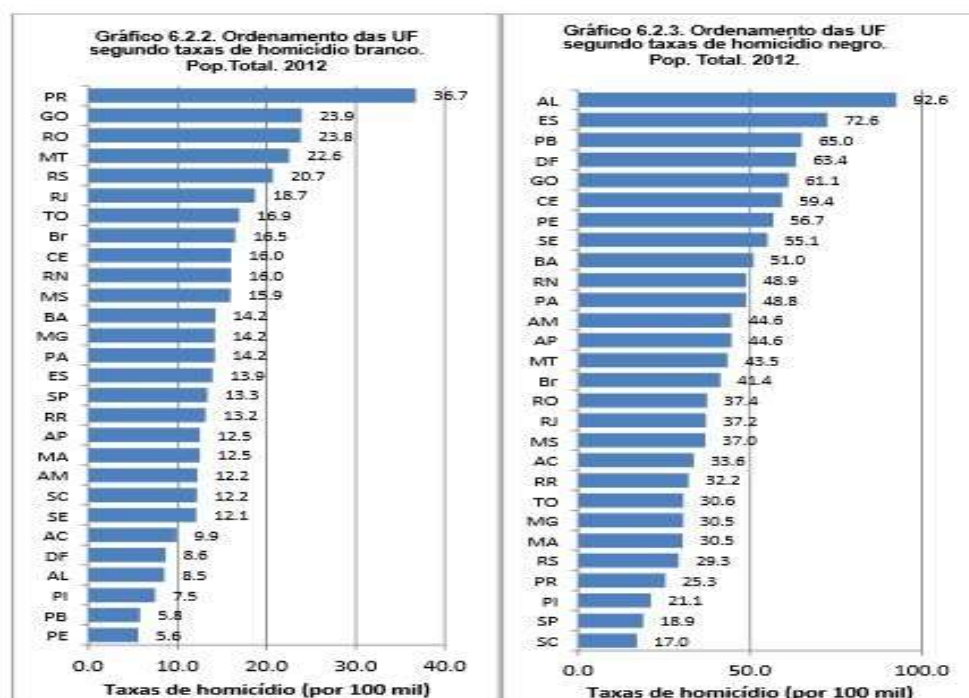


Gráfico 2:



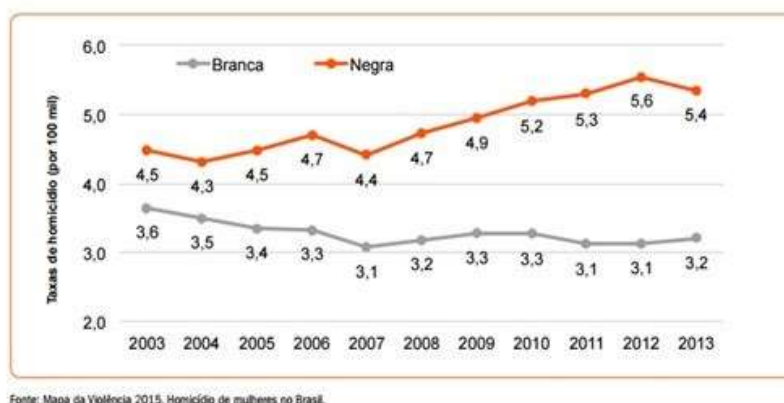
Fonte: SIM/SVS/MS.

Em todas as regiões do país, o nível de violência que a população negra encontra-se submetida é mais alto quando comparado com a população branca, como pode ser visto no gráfico acima.

O homicídio não se limita apenas aos homens negros, mas, atinge as mulheres negras. Sendo assim, pode-se apontar que essas em comparação com as brancas são as maiores atingidas por tal violência, conforme o gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3:

Evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas e negras no Brasil (por 100mil), 2003/2013



1.6 Racismo, desigualdade e sofrimento

Segundo Cardoso (2013), o negro ocupa uma posição subalterna até os dias atuais, haja vista que se passaram 130 anos da abolição da escravidão. Em relação à educação, o autor afirma que:

[...] a taxa de analfabetismo a nível nacional dos jovens acima de 15 anos de idade, 2008, correspondia a 6,2% dos brancos e a 13,6% dos negros e pardos; no nordeste esta taxa no caso dos pretos e pardos alcança 20,9%, ou seja, mais de um preto e pardo entre 5 é analfabetos (LAESER, 2010, p. 206 *apud* CARDOSO, 2013, p. 75).

Em relação à saúde:

Entre os anos de 2001 e 2007, cerca de 392 mil pessoas que faleceram no Brasil não tiveram a causa de suas mortes conhecida por falta de assistência médica. Destas, 47,0% eram pretas e pardas, 31,1% brancas e 21,0% de cor ou raça ignorada (LAESER, 2010, p. 206 *apud* CARDOSO, 2013, p. 76).

Sobre a alimentação da população negra:

No que concerne à segurança alimentar, em 2004, entre os moradores do domicílio, que afirmaram que os alimentos acabaram antes de terem dinheiro para fazer nova compra, 36% eram pretos e pardos e 16,7% eram brancos. (LAESER,2010, p. 206 *apud* CARDOSO, 2013, p. 76).

Sobre as condições de moradia:

[...] os domicílios chefiados por negros aqueles que se encontram sempre em piores condições, seja no tocante à maior de estarem localizados em assentamentos subnormais, seja no que diz respeito à existência de esgotamento sanitário, abastecimento de água ou coleta de lixo. Enquanto 2,4% dos domicílios chefiados por brancos estavam localizados em assentamentos subnormais em 2006, este valor para os negros é de 5%, isto é, o dobro (CARDOSO,2013, p. 76-77).

Considerando que neste espaço habitacional:

Constituem células territórios com os mais diferentes graus de precariedade nas condições de vida, consideradas não apenas sob o aspecto econômico, mas também no tocante a urbanização-infra-estrutura e habitação-, a titularidade da terra e a riscos de caráter físico-ambiental no local de sua inserção [...] que incluem desde espaços totalmente segregados e desprovidos de qualquer infra-estrutura (ATLAS SOCIAL, 2006, p. 169 *apud* ABREU, 2010, p. 153).

Quanto à violência sofrida pelos negros:

a questão social do negro se agrava com o nível de violência que ele sofre por se constituir como principal grupo do monumental exercito de reserva e por ser o principal alvo das políticas de segurança publica que operam verdadeiros extermínios nas periferias urbanas (LAESER, 2010, p. 56-57 *apud* CARDOSO, 2013, p. 77).

E em relação ao espaço sócio ocupacional:

[...] a população negra se inseriu no sistema educacional e permaneceu no mercado de trabalho, mas de maneira subalterna e em funções bastante demarcadas, já que nunca houve uma partilha proporcionalmente democrática do acesso aos bens econômicos e às oportunidades [...] (CARDOSO, 2013, p. 37-38).

Como afirma Nice de Paula e Clarice Spitz na reportagem de O Globo que aborda a temática “Os excluídos do trabalho” (2013).

Estudo feito pelo Dieese, a pedido do GLOBO, mostra que mulheres e negros, que já são a maioria entre todos os desempregados, são ainda mais numerosos entre os que buscam vaga há mais de um ano. Entre os trabalhadores que procura emprego há menos de um ano, 53,9% são mulheres e 53,3%, negros. Essas fatias sobem para

63,2% e 60,6% entre os que estão desempregados há mais de um ano.

O número de jovens negros encarcerados é maior do que o número de jovens brancos:

Segundo os dados que estão no estudo Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil, divulgado pela Secretária-geral da Presidência da República o crescimento foi impulsionado pela prisão de jovens negros entre 2005 e 2012: Segundo dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen), os jovens representam 54,8% da população carcerária brasileira. Em relação aos dados sobre cor/raça verifica-se que, em todo o período analisado (2005 a 2012), existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constata-se, assim, que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerado. Além da maior população carcerária ser negra, os negros diferenciam-se no acesso à justiça e de maior rigor ao processo penal vigente, como discorre desta maneira Lília Moritz Schwarcz: Os dados são ainda mais conclusivos quando esclarecem o perfil geral das condenações: “réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância 16 policial; réus negros experimentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruírem de do direito de ampla defesa, assegurada pelas normas constitucionais vigentes; em decorrência, réus negros tendem a merecer um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos (SCHWARCZ, 2001,p.15-16).

Menezes (2013) afirma que há uma perpetuação dos privilégios nas mãos dos brancos. A população negra não tem as mesmas facilidades de acesso, não encontra uma porta aberta, ou seja, na sociedade dividida em raças e etnias não há igualdade de oportunidades:

[...] o texto “A transição para a liberdade, industrialização e relações raciais” sugere que a discriminação e o racismo foram ressignificados na estrutura social atual e apresentam novos objetivos. Assim, ao desqualificar os “não-brancos” e afastá- los da disputa, o grupo dominante branco obtém e perpetua benefícios materiais e simbólicos (HASENBALG, 1979, p. 85 *apud* MENEZES, 2013, p. 39).

De acordo com Menezes (2013), a ausência dos negros em determinados âmbitos sociais prova que a democracia racial é apenas um *mito*. A integração dos negros ocorre de forma deficiente, sem equidade, uma vez que os situados na camada mais pobre da população (em sua maioria, negros),

não têm acesso à moradia, saúde, emprego formal etc.[...]” (MENEZES, 2013, p. 33). Como aponta Eduardo Vanini, na reportagem de O Globo – Barreiras da discriminação impedem ascensão dos negros no mercado (2017):

“Não se aceitam pessoas de cor”. A frase era muito comum em anúncios de emprego até 1950, como descreveu Abdias do Nascimento no livro “O genocídio do negro brasileiro”. Deixou de ser usada a partir do ano seguinte, quando a Lei Afonso Arinos proibiu categoricamente a discriminação racial no país. Mas, como observou o próprio autor, “tudo continuou na mesma”, já que os anúncios passaram a requerer pessoas de “boa aparência”, num mero eufemismo para a restrição anterior.

O Brasil tem hoje cerca de 53% da população composta por pretos e pardos, segundo classificação do IBGE. Mas apenas 4,7% dos afrodescendentes estão em postos de direção e 6,3% em cargos de gerência nas 500 maiores corporações do Brasil, como mostrou um levantamento do Instituto Ethos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento no ano passado. Quando se faz um recorte por sexo, a discrepância é ainda maior: as mulheres negras estão em apenas 0,4% dos cargos de direção e em 1,6% dos postos de gerência.

Para o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, a discriminação hoje está muito acima do pedido de “boa aparência”. Tem a ver com uma atitude de “viés”.

— É uma questão mental e psicológica, em que aquilo que aparenta ser ameaçador ou negativo tendencialmente é excluído como possibilidade. Isso pode não estar decodificado num anúncio de emprego, como acontecia antes, mas o fenótipo continua norteando as escolhas. Ao final de uma seleção, quando há a presença física, esse olhar se manifesta — avalia Vicente.

Observa-se que, em todas as esferas da vida, os negros enfrentam diversas formas de racismo. O racismo impacta profundamente na ordem psicológica dos negros:

O racismo é compreendido como um fenômeno construído socialmente que diferencia o acesso dos afro-descendentes aos equipamentos sociais ocasionando conflitos nas relações inter-raciais. Assim como, também provoca desigualdades na forma de inserção desses grupos racialmente oprimidos, com impactos em sua organização psicológica. Nesse sentido, os sujeitos marcados pelo racismo enfrentam preconceitos, estereótipos e discriminação, gerados em situações de violência física e simbólica, que produz marcas ao longo de suas histórias de vida. Para Fernandes (2013), essas marcas apresentam-se principalmente no campo afetivo-emocional, ou seja, na forma de organização de duas percepções: a primeira, no aprisionamento pela aparência, na visão de si mesmo diante do olhar do outro e seu talento; e, a segunda, o esforço e a competência, o que significa apontar que o desenvolvimento das

aptidões pessoais pode ser um caminho pelo qual o negro obtém reconhecimento e respeito (LIMA; CAMARA, 2015).

Na Conferência Internacional de Durban, em 2001, o Estado Brasileiro reconheceu, oficialmente, a existência de racismo no país:

Pode-se afirmar, assim, que o ciclo de estudos da UNESCO significou um “balde de água fria” nas pretensões do Brasil de se tornar um modelo de referência no que diz respeito à “tolerância racial”, uma vez que o preconceito racial foi dado como uma realidade existente no país e estabeleceu-se um consenso crescente entre os/as pesquisadores/as quanto ao caráter mistificador da democracia racial. Em suma, *os estudos apontaram que éramos (e somos!) um país racista* (GPP-GER, s.l.: 05, grifo do autor).

O racismo determina o destino da população negra: pobreza, presídio ou morte:

Conforme o caso ocorrido no ano de 2015, no Estado do Rio de Janeiro, deflagra a forma que os policiais abordam negros sobre denúncia: ocorreu que os policiais dispararam mais de 100 tiros em carro de jovens negros, sem ao menos antes, prestar esclarecimentos e solicitar a identificação dos jovens. Assim, estas práticas demonstram-se que a cor de pele determina o destino da população negra: pobreza, presídio ou morte. Dados da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 2001, p. 16).

De acordo com Fanon (2008), por mais que um negro possua bens materiais, se encontre inserido em um excelente emprego, esteja bem financeiramente e tenha constituído uma família, mesmo assim, continuará negro:

Quanto esforço para se livrar de uma premência subjetiva! Eu sou branco, nasci na Europa, todos os meus amigos são brancos. Na cidade onde eu morava, tinha menos de oito pretos. Penso em francês, minha religião é a França. Vocês me entendem? Sou europeu, não sou preto, e para prová-lo vou-me embora, como funcionário público, mostrar aos verdadeiros pretos a diferença que existe entre eles e eu (FANON, 2008, p.74).

Com isso, pode-se afirmar que o racismo é algo estrutural na sociabilidade capitalista.

CAPÍTULO 2

RACISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO

É notório que a discriminação racial nos dias atuais, receba um status de naturalidade e invisibilidade, sendo possível ser identificada como uma nuvem que se encontra pairando na superfície, mas que poderá *um dia* se desfazer com o tempo, de maneira gradual. Todavia, o engendramento do racismo nas entranhas sociais se tornou um fator “desconhecido”(mas reproduzido) no instante em que não há investigação e análise sobre o tema.

Porém, quando alguns profissionais que tem acesso a dados tornam possível a informação e, conseqüentemente, a intervenção, se deparam com o viés da burocracia, e então, encontram muita dificuldade de divulgar suas descobertas sobre os impactos do racismo. Na medida em que é difícil encontrar espaço para pesquisar e discutir o racismo, a discriminação étnica e racial se torna um flagelo a ser abatido, a medida que,

As ideologias racistas são abrangentes na medida em que o racismo também é abrangente; na vida cotidiana, ele não aparece mais como um corpo estrangeiro, identificável, chegando a ser fácil negar a sua existência. No seu ponto mais alto de sucesso evolutivo, o racismo como forma de consciência grupal, não parece mais como racismo e, ate mesmo, se nega como tal. *É essa característica de poder se “negar a si mesmo” que lhe confere tal plasticidade e resistência aos esforços de mudança* (MOORE, 2007, p. 256 *apud* MENEZES, 2013, p.42).

Menezes (2013) verifica que, o racismo no cotidiano das relações sociais e institucionais é produzido de forma constante e continua, sem visão critica por aquele que o reproduz. A invisibilidade do racismo resulta em desigualdade de direitos e oportunidades:

Por que, apesar do arcabouço de leis de combate ao racismo e à discriminação racial, estas práticas continuam a se perpetuar no cotidiano brasileiro ao longo dos anos? Como o racismo brasileiro conseguiu alcançar um status tão confortável de conformação social, ao ponto de tornar-se praticamente invisibilizado? (MENEZES, 2013, p. 41- 42).

Levando em consideração o racismo institucional, pode-se afirmar que o mito da democracia racial, tornou invisível a discriminação racial. Na área de prestação de serviços de saúde, o racismo produz negligência no atendimento dos negros e, conseqüentemente, maior número de mortes:

O racismo institucional, compreendido como o fracasso coletivo no atendimento com qualidade aos grupos sociais estigmatizados pela cor ou pela etnia, afeta, de forma significativa, a população negra no campo da saúde. A falsa democracia racial no Brasil, que “invisibiliza” o racismo, e, em consequência, as doenças que atingem de forma mais específica esses coletivos, dificultando o acesso aos serviços de saúde assim como a qualidade da atenção à saúde, tem sido determinante importante nos perfis de adoecimento e morte dos afrodescendentes (LOUREIRO; ROZENFELD, 2005; LOPES, 2005a; BATISTA et al, 2005 *apud* TAVARES, OLIVEIRA, LAGES; 2013, p. 581).

Portanto, o racismo está presente em todos os âmbitos sociais e afeta, também, a saúde mental da população negra com a mesma proporção. Investigando a questão da violência racial denota-se que os negros são responsabilizados ate mesmo pelo sofrimento mental causados pela discriminação de sua cor.

[...] a herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrario, esta nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômicos, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência critica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil (MOURA, 1988, p. 70 *apud* MENEZES, 2013, p. 42).

Fanon (2008, p. 154), afirma que a óptica que os sujeitos construíram é que “o negro é o símbolo do Mal e do Feio. Cotidianamente, o branco coloca em ação esta lógica”, ou seja, a cor de pele se dirige a atributos que o sujeito porventura pode deter. Sendo assim,

O preconceito racial e o racismo no Brasil se manifestam no cotidiano das relações pessoais, na mídia, nas empresas (quando dos processos de contratação, políticas de promoção e na tomada de decisão sobre as demissões), nas escolas e nas universidades (no cotidiano escolar, no racismo em sala de aula, nos livros didáticos, nas estruturas curriculares, nas bolsas de pesquisa concedidas para pessoas negras e temas reportados às relações raciais), nas lojas, nas livrarias e nas bibliotecas, nos hospitais, clinicas medicas e postos de saúde, nos tribunais, nas delegacias, nos processos eleitorais (...) (PAIXÃO, 2006, p. 59 *apud* MENEZES, 2013, p. 44).

O racismo é uma construção da classe dominante perpassado de geração em geração, sendo funcional a sociabilidade capitalista. Para legitimar tal discriminação, criou-se o racismo científico que tenta provar, por meio da ciência, a inferioridade dos sujeitos de cor negra. Menezes (2013) recorda que Nina Rodrigues (1957) afirmava que a mestiçagem marcou o povo brasileiro com uma inferioridade cultural e biológica, com isso, não compactuava com a política de branqueamento pela via da mistura das raças. Romero (1960) foi o primeiro a apontar que a mestiçagem pelo casamento inter-racial poderia desencadear um processo degenerativo, causando danos irreparáveis à espécie.

A transição do regime escravocrata para o trabalho livre traz consigo não apenas uma nova maneira de organizar o trabalho, mas também a “tese do branqueamento” (ROMERO 1960 *apud* BRITO, 2013, p. 124) que por sua vez, aflige a população não-branca, à medida que tal política constrói o pensamento de que os negros devem se assemelhar aos traços brancos para assim, serem aceitos pela sociedade. Porquanto, muitos negros legitimam e reproduzem a perspectiva do que é *belo*, partindo do molde do ser branco, retardando dessa maneira a sua real liberdade de ser, viver e respeitar sua identidade racial. Com isso tem-se uma reprodução da discriminação racial pelos próprios negros, sem que os mesmos percebam:

Este racismo dos negros contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco. Eles literalmente tentam olhar sem ver, ou ver apenas o que querem ver. Este narcisismo funciona em muitos níveis. Muitos brancos, por exemplo, investem nele, já que teoricamente preferem uma imagem de si mesmos como não racistas, embora na prática ajam freqüentemente de forma contrária (FANON, 2008, p.15).

Pelo fato de ter emergido a política pública de branqueamento, muitos negros *não possuem consciência de sua identidade negra*, contudo Fanon (2008, p.167) aponta que pode-se pintar os pés de uma árvore de branco, mas a força da casca que esta por baixo grita.

No Brasil, há uma tendência de considerar-se negro apenas aquele que possui um tom de pele escura e aquele que tem, comparativamente, menos melanina em sua pele de branco ou moreno. Essa forma de classificação contribuiu para dificultar a identidade dos mestiços com a negritude.

2.1. Sobre os mecanismos de violência racial

A violência consiste, em seu primeiro viés, na dinâmica intrapsíquica, no instante em que os homens brancos se posicionam de maneira racista com o intuito de ceifar a identidade do ser negro. Logo, esse por sua vez internaliza de forma compulsória o ideal do Ego branco que, pode também ser tangenciado com o eurocentrismo, e em contrapartida, “é obrigado a formular para si um projeto identificadorio incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo” (SOUZA, 1983, p. 03).

Souza (1983) realizando tal análise afirma que a brancura transcende o branco, isto é, o desejo de ser aceito socialmente é superior a qualquer questão posta que aflige ao próprio negro.

Nada pode macular esta brancura que, á ferro e fogo cravou-se na consciência negra como sinônimo de pureza artística; nobreza estética; majestade moral; sabedoria científica etc. o belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos. O branco é, foi e continua sendo a manifestação do Espírito, da Ideia, da Razão. O branco, a brancura, são os únicos artífices e legítimos herdeiros do progresso e desenvolvimento do homem. Eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a “humanidade”(SOUZA, 1983, p. 05).

O racismo se camufla, mas aparece através da repressão, persuasão e do eurocentrismo. Direcionando o homem negro a rejeitar-se e conjecturar parâmetros antagônicos a sua cor de pele, a sua história étnica e pessoal que se iniciou na formação sócio histórica brasileira. Sendo assim:

Todo ideal identificatório do negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (SOUZA, 1983, p. 05).

Neusa Souza (1983) argumenta que o mito negro traz em seu seio um perfil de que os negros são marginais, perigosos, violentos, ociosos, maldosos e astuciosos, sendo este o primeiro traço de violência, ou seja, a violência intrapsíquica, que produz a

[...] desvalorização sistemática dos atributos físicos do sujeito negro. É com desprezo, vergonha ou hostilidade que os depoentes referem-se ao “beijo grosso” do negro; “nariz chato e grosso” do negro; “cabelo ruim” do negro; “bundão” do negro; “primitivismo” sexual do negro e assim por diante (SOUZA, 1983, p. 05-06).

O segundo tipo de violência emerge no cenário de relação persecutória, isto é, quando o corpo negro é erotizado, hiper sexualizado. A relação do indivíduo negro com seu corpo se baseia em sua imagem, seu reconhecimento sobre si, estando alicerçado em experiências de dor, angustia, inquietação e prazer que o corpo lhe proporciona sem o comando intencional do ser humano:

As inevitáveis situações de sofrimento que o corpo impõe ao sujeito tem que ser “esquecidas”, imputadas ao acaso ou a agentes externos ao corpo. só assim, o sujeito pode continuar a amar e cuidar daquilo que é, por excelência, condição de sua sobrevivência.

No dizer de Piera Aulagnier, criadora da teoria que inspira esta reflexão, o futuro identificatório do sujeito depende desta possibilidade de “inocentar” o corpo. um corpo que não consegue ser absolvido do sofrimento que infringe ao sujeito torna-se um corpo perseguidor, odiado, visto como foco permanente de ameaça de morte e de dor (SOUZA, 1983, p.06).

Rompendo com o mito da democracia racial os negros reivindicam por igualdade e em contrapartida a sociedade reconhece a presença do negro como um intruso, como uma pessoa indesejada. Assim, Neusa Souza (1983) registra que um dos entrevistados assinala que sente o problema racial como um ferimento que não cicatriza, sendo algo que sente e pensa todos os dias e o tempo todo. Diante deste movimento pode-se afirmar que é complexo controlar as descargas que o cérebro libera no corpo, como a sensação de medo e vergonha, por exemplo, que pode ser caracterizado como uma reação de defesa. Contudo, quando o indivíduo permanece em um movimento contínuo de se limitar em estar em determinados ambientes, a não se comunicar com outras pessoas e a ter sensações de perseguição constante,

pode desencadear-se o princípio da síndrome do pânico, fobia e movimento de rejeição de si. O negro adere uma roupagem de culpa, à medida que a “ferida do corpo” ecoa até a “ferida” do pensamento e para retirar a mácula desta veste:

O sujeito negro, possuído pelo ideal de embranquecimento, é forçado a querer destruir os sinais de cor do seu corpo e da sua prole. Mas, para executar este intento, compromete seu pensamento com o trabalho de lidar quase que exclusivamente com afetos e representações vinculados à dor e à morte (SOUZA, 1983, p.07).

Todavia,

Os esforços para curar a ferida vão então suceder-se numa escalada patética e dolorosamente inútil. Primeiro tenta-se metamorfosear o corpo presente, atual, de modo penoso e caricato. São os “pregadores de roupa” destinados a afilar o nariz ou os produtos químicos usados para alisar o “cabelo ruim”. Em seguida, vêm as tentativas de aniquilar, no futuro, o corpo rebelde à mutação, no presente. São as uniões sexuais com o branco e a procriação do filho mulato. O filho mulato e o neto talvez branco representam uma louca vingança, suicida e homicida, contra um corpo e uma “raça” que, obstinadamente, recusam o ideal branco assumido pelo sujeito negro. (SOUZA, 1983, p.07)

Dessa forma, a estigmatização é uma forma de violência ao negro. De maneira que sua cor de pele possui a capacidade de limitar sua capacidade intelectual, sua moral, conduta ética, enfim, como se o *ser negro* trouxesse consigo um arcabouço formado de vieses negativos, somente. Com isso, emerge no pensamento do negro a sensação de acusação e, então, ele começa a se ver acuado, pois não encontra na realidade uma experiência de satisfação, mas sim, de decepção. Diante desta situação, pode instalar-se o conflito psíquico¹³ ou o desprazer pode ser convertido em uma propensão de expectativa. Partindo da perspectiva que

A dor não nasce, portanto, da frustração, nem é sinônimo de desprazer. Sua origem não se encontra na decepção amorosa. Seu ponto de irradiação não é o obstáculo à realização do prazer, e sim o rompimento da homeostase¹⁴ psíquica provocado por um trauma específico produzido pela *violência* (SOUZA, 1983, p.09).

¹³ Neuroses traumáticas como aponta Freud (1856-1939 apud FAZZIO, 2016).

¹⁴ [...] a função final de todos os mecanismos fisiológicos é a manutenção da homeostase, que deve ser compreendida como “a manutenção da estabilidade do meio interno” (Cannon, 1929). O fato de W. Cannon, antes mesmo de formalizar o conceito de homeostase, já se interessar

Logo,

O sujeito negro diante da “ferida” que é a representação de sua imagem corporal, tenta, sobretudo, cicatriza o que sangra. É a este trabalho de cerco à dor, de regeneração da lesão que o pensamento se dedica. [...] o atributo pago pelo negro á espoliação racista de seu direito `identidade é o de ter de conviver com um pensamento incapaz de formular enunciados de prazer sobre a identidade do sujeito. O racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo *prazer de pensar e todo pensamento de prazer* (SOUZA, 1983, p.10).

Souza (1983) pontua que as sequelas psíquicas se instalam na consciência do negro, visto que o corpo torna tal cidadão exposto à amargura, desespero ou revolta, repulsa de sua figura e a realidade da impossibilidade de modificar seu perfil, sua origem, sua cor, seus traços e a mania de provar para a sociedade a todo o momento que os aspectos que conjecturam sobre si não procedem, portanto:

A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, continua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro.

Nisto reside, a espinha dorsal da violência racista. Violência que, [...] poderia ajudar-nos a melhor entender o fardo imposto a todos os excluídos da norma psico-sócio-somática criada pela classe dominante branca ou que se autodefine desta maneira (SOUZA, 1983, p. 02).

Com isso, em uma sociedade branca, de estética e comportamento branco, o negro introjeta em si a ideologia de cor que massacra sua identidade confundida em sua perspectiva. Então:

[...] é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo Entre o ego e seu ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, as custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico (COSTA, 1983, p. 03).

pela investigação dos efeitos das emoções sobre a resposta fisiológica dos organismos, tendo introduzido a expressão “reação de luta ou fuga” (fight or flight response), cujo significado indica as reações autonômicas que se expressam numa situação desafiadora [...] (SOUZA; SILVA; COELHO, 2015, p. 03).

Tais violências ferozes tangenciam a emocionalidade da população negra, desencadeando o sofrimento mental:

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar (SOUZA, 1983, p.06).

Souza (1983) reafirma que o peso emocional que o negro “carrega” como resultado da violência racial e do massacre da sua identidade histórico-existente produz uma perda da identidade, visto que, se afasta de seus valores originais, tomando o branco como modelo indispensável para seu viver, “como única possibilidade de ‘tornar-se gente’ ” (SOUSA, 1983, p. 18).

2.1.1. Racismo e sofrimento na infância

A violência das práticas de racismo sofrido pela população negra é especialmente grave e deixa sequelas profundas no período infantil, produzindo, desde muito cedo, uma internalização da inferiorização que ouviu a seu respeito. Com o passar do tempo, o negro tende a naturalizar as atitudes dos sujeitos e das instituições a sua volta, pelo fato de ter ouvido desde quando nascera como as pessoas se referiam negativamente a ele. Então, ele não chega a desenvolver a percepção de que deve superar a imagem que formou sobre si mesmo, isto é, o racismo vai incidir diretamente na maneira como uma criança se reconhece, tendo em vista que o pensamento, os ideais e a formulação de sua identidade está sendo construída, moldada (FANON, 2008).

De acordo com Fanon (2008), ocorre uma grande exaltação aos padrões dominados pela natureza branca e que os negros, por serem diferentes, passam por um processo de mutilação, pois tem que se adequar àqueles que ditam as regras, que apontam o que é bonito e o que não é, como andar e o que comprar, como falar, como se portar e qual carreira seguir. Portanto, o viés relacionado ao destino da vida sentimental e da vida profissional já se encontra construída. Então a criança, o adolescente, o jovem

ou mesmo o adulto negro tentam se embraquecer não só nos aspectos do seu físico, mas, também, nos seus pensamentos, renegando assim sua etnia e cor.

O processo de imposição dos padrões de beleza e comportamento do mundo branco inicia-se na infância. Brito (2013) apresenta, através de entrevistas,¹⁵ as falas de mulheres negras que confirmam a dor vivida a partir do racismo sofrido desde a infância:

[...] não tinha noção do que era esta *identidade racial*. (...) Meu pai era negro e minha mãe parda, bem clara. Desta união, nasceram oito filhos, todos negros, uns mais claros, outros mais escuros. Seis mulheres e dois homens. (...) Na nossa família não nos ensinaram a *construir a nossa identidade racial*. Penso que, realmente, eles não sabiam que precisávamos construir esta identidade para que pudéssemos enfrentar a discriminação do mundo fora de casa, pois, até então, estávamos protegidos dentro de casa (VENCEDORA, 01/2013) (BRITO, 2013, p. 171).

Sofri discriminação de raça na minha infância. Os apelidos eram os mais diversos possíveis, principalmente no que diz respeito ao cabelo: Cabelo de pixaim, cabelo de Bombril, nega do cabelo duro, entre outros. Desde criança, passo por processo de alisamento, progressivas e tudo mais que possa amenizar a "rebeldia dos meus cabelos. (...) Meu primeiro contato com a escola foi inesquecível. Aos seis anos, fui ao primeiro dia de aula sozinha, porque minha mãe estava trabalhando e meu pai estava "por aí". Chegando à escola, uma professora me encaminhou para uma sala de alunos com necessidades especiais, das mais diversas. Na salinha ao lado, estava uma turma considerada sem dificuldades em todos os aspectos, pois todas as crianças ali vinham de famílias com poder aquisitivo e muito influentes na cidade. (...) o que mais me marcava era a época das festas juninas, pois nas quadrilhas, ninguém queria dançar comigo, nem mesmo segurar a minha mão durante as danças. Na tentativa de amenizar meu sofrimento, minha mãe procurava meu primo e enchia ele de presente e mimos para que ele dançasse comigo, e isso me humilhava por dentro [...] (GUERREIRA, 01/2013) (BRITO, 2013, p. 175-176).

Minha adolescência e minha infância foram bem difíceis devido ao preconceito dos colegas, isto faz a gente pensar que nasceu com algum defeito; que o problema é com a gente que nasceu negra, e não com as pessoas que nos discriminam. Portanto, na minha infância, imaginava que se tivesse nascido branca, de cabelos lisos, seria bem aceita pelos colegas. (...) Queria muito ter nascido mais clara, mas o que mais me incomodava era o cabelo "duro". Acho que para ser mais aceita e para parecer com as pessoas "brancas", desde pequena a minha mãe começou a passar creme alisante no meu cabelo e no das minhas irmãs. Penso que para não destoar muito das pessoas de cabelo "bom". Lembro-me que meus

¹⁵ Brito (2013) utiliza nomes fictícios para que dessa forma as entrevistadas não sejam identificadas.

coleguinhas sempre me chamavam de “Tia Anastácia, aquela do *Sítio do pica-pau amarelo*. Eles gozavam muito dos meus cabelos, e olha que eles viviam presos, minha mãe fazia grandes coques ou tranças nos meus cabelos. [...] Alguns colegas não queriam brincar comigo, principalmente se a brincadeira tivesse que pegar na mão. Engraçado, me lembro de que algumas professoras ficavam espantadas por eu andar sempre arrumadinha e limpinha, e as tarefas serem sempre bem feitas. Porque na concepção delas, os negros andavam sujos, não tinham higiene e, com certeza, eram muito pobres [...] (VENCEDORA, 01/2013) (BRITO, 2013, p. 174-175).

Uma das entrevistadas pontuou que algo que ocorreu na infância pode perdurar até a idade adulta, tornando-se um flagelo um empecilho para o desenvolvimento do sujeito:

[...] na quarta série pedi à minha mãe para parar de estudar, pois não gostava da turma, não gostava da professora, me sentia inferior, mas não sabia exatamente o porquê. Não entendia a razão de a professora bajular aquele povo que só tirava nota baixa e tratava mal a mim e aos outros. (...) A minha defesa foi os livros, a minha fuga, melhor dizendo. Comecei a estudar igual a uma loca e a ler todos os livros da biblioteca, mesmo os que não eram indicados para minha idade. Os reflexos foram vistos em pouco tempo, me tornei uma pessoa introvertida, muito cabisbaixa, insegura, insegura e com medo de defender minhas ideias em público. Ainda trago um pouco disso na idade adulta [...] é fato de que foi muito negativo o que vivi na nova escola, e, como uma criança que sempre resolvia suas coisas, nunca contei para minha mãe os apelidos, os momentos de bullying, nem nada. São momentos que, para ser sincera, não gostaria de lembrar [...] (FÉ, 12/2012) (BRITO, 2013, p. 178).

Partindo de tais relatos, é possível tangenciar essas realidades expostas aos casos de crianças e adolescentes que realizam seu tratamento no Centro de Atenção Psicossocial Infância Juvenil (CAPSi), uma vez que partindo dos acolhimentos realizados na instituição identificamos diversos casos¹⁶ de negros em estado de sofrimento psíquico produzido pelo racismo e pela discriminação racial. Visto que os não-brancos se deparam com uma realidade não somente social, mas também interior, uma vez que sua imagem se torna uma ferida para si próprio, dessa maneira, tendem a não aceitar seus traços físicos e tão pouco sua cor de pele. Logo, o complexo de inferioridade, a depressão, a angústia, a sensação de não pertencimento a nenhum meio, se torna um processo de sofrimento vivido pelos negros:

¹⁶ Movimento de arrancar os cabelos pelo fato de ser crespo; indagar o porque ser negro (a), rejeitando dessa forma, sua identidade e historicidade e quadro de delírio, de maneira que conjectura fielmente, que um dia será branco, por exemplo.

Pensar sobre a identidade negra redonda sempre em sofrimento para o sujeito. Em função disto, o pensamento cria espaços de censura à sua liberdade de expressão e, simultaneamente, suprime retalhos de sua própria matéria. A “ferida” do corpo transforma-se em “ferida” do pensamento. Um pensamento forçado a não poder representar a identidade real do sujeito é um pensamento mutilado em sua essência. Os enunciados do pensamento sobre identidade do EU são enunciados constitutivos do pensamento ele mesmo (SOUZA, 1983, p.10).

A partir de tal cenário pode-se indagar até que ponto o racismo afeta não somente o desenvolvimento dos usuários negros, mas também os direitos humanos, o estatuto da criança e do adolescente e a Constituição Federal, que aponta no art. 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”.

2.2. Estigmatizações do negro

Souza (1983) complementa que as condições precárias de subsistência e a ausência de perspectiva de um futuro melhor, afetam a auto estima da população negra:

[...] formando uma identidade de aversão a sua origem, causando uma pressão emocional que afeta diretamente a sua identidade, aquilo que é mais importante (LIMA; CÂMARA. 2015).

As dificuldades de reconhecimento social e, portanto, de mobilidade social dos negros podem ser confirmadas com dados, tais como:

O Brasil tem hoje cerca de 53% da população composta por pretos e pardos, segundo classificação do IBGE. Mas apenas 4,7% dos afrodescendentes estão em postos de direção e 6,3% em cargos de gerência nas 500 maiores corporações do Brasil, como mostrou um levantamento do Instituto Ethos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento no ano passado. Quando se faz um recorte por sexo, a discrepância é ainda maior: as mulheres negras estão em apenas 0,4% dos cargos de direção e em 1,6% dos postos de gerência. (VANINI, 2017).

Portanto a realidade posta sob da população negra demonstra que,

A vida do negro é como se fosse uma ilha, na qual o mesmo se encontra perdido em um âmbito sem saída, sem alternativa, sendo os

deserdados, os que não possuem valor social, os acusados, os sem lugar (FANON, 2008, p. 37).

A escravidão estigmatizou o negro, demarcando o seu lugar, sua capacidade, a maneira de ser tratado e a maneira de se tratar. Como se os negros se mantivessem restritos a antiga ordem social, como se não houvesse possibilidade de ascensão social¹⁷. Portanto, pode-se dizer que a cor de pele e a posição social estão totalmente imbricadas, de maneira que até os dias atuais, quando os negros lutam por justiça, plena liberdade, porém se trata sempre de liberdade branca e de justiça branca, de valores secretados pelos senhores” (FANON, 2008, p.183).

O eurocentrismo disseminou a ideia que, “o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome. Todas as aves de rapina são negras”(FANON, 2008, p.161). Na ausência de alternativas “lemos livros brancos e assimilamos paulatinamente os preconceitos, os mitos e o folclore [...]”(FANON, 2008, p. 162).

Os estudos antropológicos de Nina Rodrigues, afirmam, com toda certeza, baseado no seu racismo, que o mestiço é um ser biológica e moralmente degenerado (BRITO, 2013). Contudo, os negros sempre resistiram nunca aceitaram passivamente tudo o que lhe era imposto. O perfil que a sociedade criou e propagou sobre o negro, instalou um mal estar nos sujeitos que tem pele negra os quais acabam renunciando seu próprio eu(FANON, 2013). Como por exemplo, é comum ouvir: “esse preto é um imbecil, um bandido, um mal educado que merece uma lição” (FANON, 2008, p. 63-64). Ou então, em certos livros:

Toda vez que a romancista dá um pouco de liberdade a seus personagens, é sempre para atacar o preto. Todos os pretos que ela descreve são de alguma maneira crápulas [...] (FANON, 2008, p. 61).

¹⁷ Ascensão social: [...] se fazia representar, ideologicamente, para o negro, como um instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional (SOUSA, 1983, p. 21).

Não, realmente o Deus bom e misericordioso não pode ser negro, é um branco de bochechas bem rosadas. Do negro ao branco, tal é a linha de mutação. Ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente (FANON, 2008, p.60).

No livro “Pele negra máscaras brancas”, Fanon faz referências a um discurso de Césaire (1945) abordando a imagem de Adolf Hitler associada à história do massacre de judeus, em nome da supremacia de raça pura/raça superior. Contudo, diz Césaire, Hitler não morreu, na medida em que negros são continuamente massacrados em nome da supremacia racial:

Quando ligo o rádio e ouço que, na América, os pretos são linchados, digo que nos mentiram: Hitler não morreu; quando ligo o rádio e ouço que judeus são insultados, desprezados, massacrados, digo que nos mentiram: Hitler não morreu; quando ligo enfim o rádio e ouço que na África o trabalho forçado está instituído, legalizado, digo que, na verdade, nos mentiram: Hitler não morreu (CESAIRE, 1945 *apud* FANON, 2008, p. 88).

Contudo, essa barbárie ocorre com o consentimento, velado ou não, da sociedade:

[...] uma barbárie, mas a barbárie suprema, aquela que coroa, que resume o cotidiano de todas as barbáries; sim, é apenas o nazismo, mas antes de sermos as suas vítimas, fomos os seus cúmplices; este nazismo aí, nós o apoiamos antes de sofrer o seu peso, nós o absolvemos, fechamos o olho, o legitimamos[...].somos responsáveis por ele, por seus disfarces, por sua penetração, sua infiltração[...] (CESAIRE, 1945 *apud* FANON, 2008, p. 88-89).

O racismo incide sobre os negros diretamente de maneira catastrófica, uma vez que os mesmos introjetam, para si, o que a sociedade afirma a seu respeito e de maneira *inconsciente* reproduzem comportamentos determinados pela “sociedade branca”. Nesses termos, o negro encontra muitas dificuldades de desenvolver formas alternativas de existir:

Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica. Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo. Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido

de uma mudança das estruturas sociais. Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais (MANNONI *apud* FANON, 2008, p. 95-96).

Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas. Sei que, se quiser fumar, terei de estender o braço direito e pegar o pacote de cigarros que se encontra na outra extremidade da mesa. Os fósforos estão na gaveta da esquerda, é preciso recuar um pouco. Faço todos esses gestos não por hábito, mas por um conhecimento implícito. Lenta construção de meu eu enquanto corpo, no seio de um mundo espacial e temporal, tal parece ser o esquema. Este não se impõe a mim, é mais uma estruturação definitiva do eu e do mundo – definitiva, pois entre meu corpo e o mundo se estabelece uma dialética efetiva (FANON, 2008, p. 104).

Fanon (2008) caracteriza o racismo como um sentimento de desprezo de uma raça pretensamente superior em relação aos demais:

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e freqüentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor (FANON, 2008, p. 110).

2.3. Identidade negra ferida

A violência histórica da escravidão e de sua perpetuação através do racismo apresenta para o negro a realidade que deverá enfrentar, não somente social, mas também interior. No instante em que a voz do julgamento equivocado e da discriminação racial ecoa na esfera subjetiva de tal indivíduo o mesmo é convencido de ser incapaz e inferior assim, veste a roupagem de

culpa em relação fracasso. O não-branco visualiza sua imagem como uma ferida, dessa maneira, não aceita seu físico, seus traços e tão pouco sua cor de pele. Logo, o complexo de inferioridade, a inquietação, o temor, a prostração, a depressão, o sentimento de impotência para mudar sua própria realidade, o desespero, a angustia, a sensação de não pertencimento a nenhum meio, acabam produzindo sofrimento psíquico. Dessa forma, é possível perceber como o racismo abala a saúde mental da população negra.

O perfil do homem não-branco é desenhado de duas maneiras: a perspectiva do olhar e a perspectiva da imagem. Então, inicia-se um movimento de construção da identidade dos sujeitos, momento este que o indivíduo começa a dar “corpo” aos seus próprios pensamentos sobre si. Tal movimento se estrutura na relação entre o sujeito e a cultura.

Souza (1983) verifica que os negros não têm possibilidades de construir sua própria identidade e, em contrapartida, orgulharem-se de ser quem são, pois tendem a formular sua identidade partindo do modelo dos brancos, submetidos ao “fetiche do branco, da brancura”(SOUZA, 1983, p 04). Nessas circunstâncias:

[...] o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diversos em suas efetivas realidades psíquicas, econômicas, sociais e culturais, ganham uma feição ímpar, uniforme e universal: a brancura. A brancura detém o olhar do negro antes que ele penetre a falha do branco. A brancura é abstraída, reificada, alçada à condição de realidade autônoma, independente de quem a porta enquanto atributo étnico ou, mais precisamente, racial. A brancura é o fetiche simétrico inverso do que a autora designou por mito negro. Funciona como um pré-dado, como uma essência que antecede a existência e manifestações históricas dos indivíduos reais, que são apenas seus arautos e atualizadores. O fetichismo em que se assenta a ideologia racial faz do predicado branco, da brancura, o “sujeito universal e essencial” [...].

Dessa maneira, os negros se tornam não somente vítimas, mas também alienados quando seu olhar se encontra fixado ao perfil branco. À medida que os padrões sociais retiram de si sua própria identidade, seu respeito e até mesmo a capacidade de indagar normas preconceituosas e posturas que são postas, introjetadas e reproduzidas:

O negro sabe que o branco criou a inquisição, o colonialismo, o imperialismo, o anti-semitismo, o nazismo, o stalinismo e tantas outras formas de despotismo e opressão ao longo da história. O negro também sabe que o branco criou a escravidão [...] e as destruições, dizimando milhares de vidas. O negro sabe igualmente que, hoje como ontem, pela fome de lucro e poder, o branco condenou e condena milhões e milhões de seres humanos à mais abjeta e degradada miséria física e moral (SOUZA, 1983, p. 04- 05).

Analisando o cenário que a população negra se encontra inserida, na linha de raciocínio de Fanon (2008), Souza (1983) e Menezes (2013) é impossível não perceber o racismo, a desigualdade de oportunidade, a cordialidade racial, o preconceito étnico, a indiferença em relação à situação dos não-brancos, a posição dos mesmos após a escravidão, a inferiorização que são submetidos. De maneira que a realidade abate diretamente não somente a reprodução material, mas também a esfera subjetiva do negro, haja vista que, tal conotação é absorvida pelos negros que sempre ouviram dos indivíduos ao seu redor o que eram, assim, “o auto-reconhecimento requer uma colocação sob o ponto de vista de um outro”(FANON, 2008,p. 16). Então, a baixa-autoestima, a depressão, a repulsão pela sua própria identidade, a negação da sua etnia, a tentativa de suicídio, a vergonha, complexo de culpa, o desejo de “embranquecer-se” constituem um “desvio existencial” que a civilização branca, a cultura europeia, impôs ao negro (FANON, 2008, p.30):

O mito do preto e a ideia do preto chegam a provocar uma autêntica alienação: A senhorita B... tinha dezenove anos quando foi internada, em março de 19... O certificado é redigido do seguinte modo: Eu, abaixo assinado, Doutor P... ex-interno dos Hospitais de Paris, certifico ter examinado a senhorita B..., que sofre de distúrbios nervosos consistindo em crises de agitação, instabilidade motora, tiques nervosos, espasmos conscientes mas que ela não pode controlar. Esses distúrbios vão aumentando e a impedem de levar uma vida social normal. É necessário colocá-la sob observação, através de internamento voluntário em um estabelecimento regido pela lei de 1838. E o certificado de vinte e quatro horas estabelecido pelo médico-chefe: Sofre de uma neurose de tiques que apareceu quando tinha dez anos, agravando-se com a puberdade e os primeiros trabalhos fora de casa. Depressão passageira com ansiedade acompanhada de uma recrudescência dos sintomas (FANON, 2008, p.171).

Muitos negros se voltam para dentro de si mesmos com o objetivo de tentar compreender o motivo de ser taxado como se fossem a pior pessoa do meio social, por não serem compreendidos, por serem discriminados pela cor

da sua pele, pelo simples fato de terem um cabelo crespo e traços que se tornam destoantes da cor branca (FANON, 2008). O negro não compreende o motivo de tanto pesar, então se apresenta:

Desenraizado, disperso, confuso, condenado a ver se dissolverem, uma após as outras, as verdades que elaborou, é obrigado a deixar de projetar no mundo uma antinomia que lhe é inerente (FANON, 2008, p. 26).

Fanon (2008) aponta que gostaria que o negro fosse um ser de *ação*, mas, indaga o autor, como este exercerá tal, se não possui alternativa para onde ir, se não tem lugar na sociedade, se não se encaixa nos padrões brancos, se é visto como um ônus e reconhecido como um marginal, perigoso e uma pessoa não-confiável? Dessa forma, a opção “formidável” que os não-brancos detém em mãos é a renúncia de sua identidade para assim tentar se enquadrar nos padrões estabelecidos e assim tentar ser feliz, fingir que o racismo não está introjetado na sociedade, fingir a existência de uma democracia racial e defender a ideia de que os negros podem ser o que quiserem, afinal, “possuem a mesma oportunidade que os brancos”.

Fanon (2008) registra uma crítica incisiva à negação do racismo e analisa a denegação como algo simbólico em muitas pessoas negras, uma vez que se pode perceber que alguns deles rejeitam sua identidade, sua cultura, sua negritude, não aceitam seus traços, passam por um processo doloroso de mutilação, como por exemplo, alisamento, ou até mesmo um posicionamento de esconder-se, camuflar-se. Isto aparece nas forma como os cabelos são tratados, presos, cortados, usando peruca ou colocando mega hair, isto é, tentando se enquadrar aos padrões brancos e se encaixar no que é citado como bonito. O negro, ao contrário, é associado à feiura, à escuridão, à sujeira, às trevas:

O carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral. (...) O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loura, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente,

quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito (FANON, 2008, p. 160).

Fanon (2008, p. 46), cita exemplos de injúrias sofridas por negros na França, tais como: “Preto sujo, você não bancava o importante lá no seu mato!” como se o negro fosse um corpo estranho e tóxico. Quando adulto, o negro já passou por tantas perseguições que tende a se adaptar (consciente ou inconscientemente) e se torna uma “replica” do homem branco. Por este fato muitos não desejam ser reconhecidos como negros:

[...] quando uma conhecida ofendeu-se quando tratei-a com a palavra adequada, a única que convinha naquela circunstância: “Você, que é negra”, disse-lhe eu. “Eu — retrucou ela — negra? Você não vê que sou quase branca? Eu detesto os pretos. Eles fedem, eles são sujos, preguiçosos. Nunca venha me falar de pretos”(FANON, 2008, p.59).

Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar “a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram”, mas para assegurar sua brancura (FANON, 2008, p.57). [...] me vem este desejo repentino de ser branco. Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco’(FANON, 2008, p.69).

Segundo Fanon (2008), o negro nasce, cresce, se desenvolve e tenta se potencializar em uma sociedade racista que, em todo momento, obriga-o a provar que é bom, pleno, branco. Se vestir como eles, pensar como eles e daí por diante reproduzir os mesmos preconceitos com os seus iguais:

Jean Veneuse é um preto. De origem antilhana, mora em Bordeaux há muito tempo; portanto é um europeu. Mas ele é negro, portanto é um preto. Eis aqui o drama: ele não compreende sua raça e os brancos não o compreendem. E, diz ele: “O europeu, em geral, e o francês, em particular, não satisfeitos em ignorar o preto de suas colônias, desconhecem aquele que formaram segundo a própria imagem” (FANON, 2008, p.70).

Logo, o negro que sofre racismo grava em seu consciente cada situação que sofreu por consequência da cor de sua pele. Os impactos que a discriminação racial proporcionam à saúde mental do negro são inestimáveis:

Há alguns anos, conhecemos um negro, estudante de medicina. Ele tinha a impressão infernal de não ser estimado segundo o seu valor, não do ponto de vista universitário, e sim, dizia ele, humanamente. Tinha a impressão infernal que jamais conseguiria ser reconhecido como um colega pelos brancos, e como doutor pelos pacientes

européus. Nesses momentos de intuição delirante,²⁶ momentos fecundos da psicose,²⁷ ele se embriagava. Tempos depois engajou-se no Exército como médico assistente; mas continuou sustentando que, por nada neste mundo, aceitaria ir para as colônias ou ser designado para uma unidade colonial. Ele queria ter brancos sob suas ordens. Ele era um chefe e, como tal, devia ser temido ou respeitado. Era, com efeito, o que queria, o que procurava: levar os brancos a ter com ele uma atitude de negros. Assim vingava-se da imagem que o tinha obcecado por tanto tempo: o preto apavorado, trêmulo, humilhado diante do senhor branco (FANON, 2008, p. 67).

Souza (1983) apresenta que o termo “o negro perde a cor”, para referir-se ao momento em que o mesmo troca o atributo indesejado por outro valorizado. Como por exemplo, perdendo a cor para virar artista:

Um depoente dizia: “eu estava crescendo como artista e então ia sendo aceito. Ai eu já não era negro. Perdi a cor... O racismo continuava. Eu era aceito sem cor, mas eu ia vivendo” (SOUZA, 1983, p.12).

É possível declarar que o negro aceita e adota tal ideia como uma saída para evitar a dor.

Expurga de seu pensamento os itens relativos a questão da identidade que ele poderia criar e outorga ao discurso do branco, o arbitrário poder de definir o que ele pode deve pensar sobre si mesmo. [...] o sujeito, na tentativa de desfazer-se da identidade negra, dissocia a percepção de sua representação psíquica. Cria no sistema do pensamento um ponto cego, ativamente encarregado de dissipar os traços das imagens e ideias constitutivas desta identidade (SOUZA, 1983, p.14).

A discriminação racial obtém seu máximo efeito, quando o indivíduo não branco não reconhece sua identidade produzindo a despersonalização:

Falava comigo mesma, me achava muito feia, me identificava como uma menina negra, diferente; não tinha nenhuma menina como eu. Todas as meninas tinham o cabelo liso, o nariz fino. Minha mãe mandava eu botar pregador de roupa no nariz para ficar menos chato. Depois eu fui sentindo que aquele negócio de olhar no espelho era uma coisa ruim. Um dia eu me percebi com medo de mim no espelho! Tive uma crise de pavor. Foi terrível. Fiquei um tempo grande assim; não podia me olhar no espelho com medo de reviver aquela sensação (SOUZA, 1983, p.15).

Os sujeitos negros possuem incertezas do seu futuro, pelo menos a maioria, e até mesmo de si, de sua capacidade e de sua cor que em determinado momento as pessoas ao redor renunciavam por si:

você não é negro, é “excessivamente moreno”. Este processo é bem conhecido pelos estudantes de cor na França. Recusam-se a considerá-los como verdadeiros pretos. O preto é o selvagem, enquanto que o estudante é um “evoluído”. Você é “nós”, lhe diz Coulanges, e se o consideram preto é por equívoco, pois de preto você só tem a aparência (FANON, 2008, p.73).

Porquanto, a introjeção da imagem que o negro possui de si mesmo, fomenta sua postura de avaliação autodepreciativa, convivendo com a hostilidade no meio social. Assim, não conseguindo construir uma visão positiva sobre si, o negro, como alternativa, tende a adotar o padrão branco em todos os aspectos¹⁸ como meta a ser atingida.

2.4 O casamento inter-racial como alternativa de embranquecimento

Muitos negros detêm o desejo, a esperança de se casarem com um cônjuge branco, haja vista que a não aceitação do negro à sua identidade o motiva a escolher seu cônjuge, mas por fim tal decisão resulta em um sofrimento afetivo, pois a maioria deles opta por parceiros da mesma etnia. “Um preto, ora essa, não vale grande coisa! É degradante ter relações com qualquer indivíduo dessa raça”(FANON, 2008, p. 71). Tal realidade desencadeia, principalmente nas mulheres negras, uma sensação de inferioridade, baixa-autoestima e descrença em si:

Quase todas esperam durante toda a vida, esta boa e improvável sorte. E é nessa espera que a velhice as surpreende e as encurrala no fundo de sombrias aposentadorias, onde o sonho transforma-se finalmente em orgulhosa resignação (FANON, 2008, p.65).

(...) preto inferiorizado passa da insegurança humilhante à auto-acusação levada até o desespero. Frequentemente a atitude do negro diante do branco, ou diante de um seu semelhante, reproduz quase que integralmente uma constelação delirante que toca o domínio do patológico (FANON, 2008, p.66).

¹⁸ Aspectos físicos, vida econômica, política, espaço sócio- ocupacional.

No caso dos homens negros que alimentam o desejo de ser amado como um branco:

[...] quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco. Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude... Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca. Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me aproprio. Há cerca de trinta anos um negro, da mais bela pele negra, em plena cópula com uma branca “incendiária”, no momento do orgasmo, gritou: “Viva Schoelcher!” Ora, quando se sabe que foi Schoelcher quem fez com que a IIIª República decretasse a abolição da escravidão, então é evidente que é preciso falar mais longamente das relações possíveis entre o negro e a branca (FANON, 2008, p.69).

Algumas mulheres negras optam por buscar um parceiro branco se direcionam a tal escolha por pressão familiar: “Minha avó dizia: Tem que casar com um branco pra limpar o útero” (fala de Luíza citado em SOUSA, 1983, p. 62).

Analisando tal citação é importante frisar que o negro além de ter a noção de sua imagem como se fosse um ser desprezível tem uma descrença de si mesmo. Uma vez que “ ele é amado. E, no entanto, quantas fantasmagorias! Será que ela me ama realmente? Será que me vê como sou?”(FANON, 2008, p. 79) Duvida que pode ser amado e aceito da maneira que é. Apresenta medo de mostrar-se como é:

Há aqui um vasto domínio de diversos temores: medo de decepcionar, de desagradar, de entediar, de cansar... e, conseqüentemente, medo de perder a possibilidade de criar com o outro um laço de simpatia, ou, se este existe, de danificá-lo (FANON, 2008, p. 79).

Como citado anteriormente, o negro registra de forma consciente ou inconsciente a sua inferioridade, a sua ausência de perspectivas em relação à situação financeira, vida social e constituição familiar. Este último fator determina que o negro:

[...] se esforçará em escolher, nos seus flertes ou relações, o menos negro. Algumas vezes, para desculpar um mau investimento, é obrigada a lançar mão de argumentos como este: “Fulano é negro,

mas a miséria é mais negra do que ele.” Conhecemos muitas compatriotas, estudantes na França, que nos confessaram com toda a candura, uma candura toda branca, que não poderiam casar-se com um negro (ter escapado e voltar atrás? Ah, não, obrigada!) Aliás, acrescentavam, não é que neguemos ao negro qualquer valor, mas é melhor ser branco (FANON, 2008, p.57-58).

O homem não-branco às vezes se sente tímido, inseguro, inquieto, melancólico desvalorizado, vazio, incapaz de se integrar, incapaz de passar despercebido, de forma que prova para a sociedade a todo tempo que não é o que dizem que é, e adota uma posição de defesa e opta em ficar sozinho -“o pretinho adquire o hábito da ruminação, de modo que seus melhores amigos serão os livros”. (FANON, 2008, p.70). Até que ele percebe que se isolar não irá solucionar os seus problemas, mas, somente camuflá-los, que a única porta que se abre é para o “mundo branco” (FANON, 2008, p. 46).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da elaboração desse trabalho, foi possível estudar certas faces do processo de sofrimento mental da maioria dos negros e relacioná-lo ao racismo. A pesquisa bibliográfica realizada indica que as experiências de racismo sofridas pelos negros produzem feridas incicatrizáveis.

A partir do sofrimento produzido pelo racismo, desde a infância, os negros tendem a rejeitar sua identidade e repulsar sua imagem. O processo de rejeição de si é produzido pela imposição social do desejo de ser branco, uma vez que esse é o padrão étnico aceito. Contudo, em seguida percebe que tal desejo está fadado à incompletude, pois o mesmo pode até alisar os cabelos, mas permanecerá sendo negro; pode até mudar o comportamento, visto que este é flexível e adquirir formas de pensar como os brancos, porém continuará sendo negro.

O senso comum afirma que o negro se vitimiza para conquistar o seu espaço afirmando apressadamente: o preto se inferioriza. Segundo Fanon (2008, p.133), “a verdade é que ele é inferiorizado”. Por mais que os negros acendam socialmente, eles irão tendencialmente ser tratados como inferiores, como pessoas sem moral, sem conduta, que não transmitem segurança e continuarão sofrendo racismo:

Um negro, estudante de medicina, não se atrevia a fazer um toque vaginal nas pacientes que vinham em consulta ao Serviço de Ginecologia. Um dia confessou-nos ter ouvido esta conversa de uma cliente: “Tem um preto lá dentro. Se ele me tocar, dou-lhe uma bofetada. Com eles, nunca se sabe. Ele deve ter a mão grande e, além disso, com certeza é brutal” (FANON, 2008, p. 140).

O negro luta contra a inferioridade que historicamente sente, de forma que o mesmo carrega uma carga pesada causada pela infâmia depositada na sua cor. Alguns pensam que é horrendo ser negro, que a cor negra é uma maldição. Assim, é notável a criação do lugar do negro. E mais, a abolição da escravidão se concretizou, mas o preto não se tornou senhor de si quando adquiriu sua “liberdade” (FANON, 2008):

A reviravolta não diferenciou o preto. Ele passou de um modo de vida a outro, mas não de uma vida a outra. Do mesmo modo que um paciente recai quando lhe anunciam que está melhor e que sairá do asilo em poucos dias, assim também a notícia da libertação dos escravos provocou psicoses e mortes súbitas (FANON, 2008, p. 183).

Saber-se negro é viver a experiência de ter sido violentado de forma constante, continua e cruel, pela dupla injunção de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do seu corpo negro (SOUZA, 1983, p. 02).

Esse posicionamento de rejeição de sua identidade, de sua imagem e da historicidade negra, carrega consigo um “ciclo entrópico¹⁹”, isto é, uma desordem que tende a aumentar de maneira gradativa. Se por um lado os negros almejam embranquecer-se, como afirma Souza (1983), por outro lado desejam sua própria extinção, sem ao menos perceber, visto que “caiu no mecanismo”. Destacando dessa maneira que “seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir; sua aspiração é a de não ser ou não ter sido” (SOUZA, 1983, p. 05), logo, repudiando sua cor esta repudiando diretamente seu corpo e indiretamente a historicidade dos seus.

Os impactos do preconceito racial na saúde mental dos negros tem se tornado um foco de análise nas políticas públicas. Mesmo que no campo biomédico já tenha uma produção que relaciona o racismo à saúde mental, ainda carecemos de estudos que aprofundem a temática na atualidade. O desenvolvimento desse tema possui grande relevância para os profissionais de Serviço Social. Visto que, ira proporcionar a ampliação da discussão sobre as questões da saúde mental da população não-branca e assim poderá possibilitar a compreensão da realidade social - como o Código de Ética aponta- dos sujeitos que são o publico alvo, majoritariamente do fazer profissional do Assistente Social.

O aprofundamento da investigação acerca das relações entre racismo e sofrimento mental da população negra torna possível desconstruir, não somente a ideia da dicotomia entre ambas, mas também, desencadear um

¹⁹ A entropia é uma medida do grau de desordem de um sistema, ou bagunça como afirmam os físicos que tende a aumentar.

processo de metanóia junto aos profissionais que compõem uma empresa, a sociedade ou até mesmo nos parâmetros do mercado de trabalho isto é, uma transformação de conceitos e ideais que foram absorvidos e reproduzidos de maneira naturalizada.

Considerando que o número de pacientes negros portadores de sofrimento psíquico tem crescido visivelmente, é urgente que se amplie o debate sobre os impactos do racismo no sofrimento psíquico dos negros. Isto irá contribuir para melhorar não somente a prática profissional dos Assistentes Sociais e de outros profissionais, mas, primordialmente, a própria saúde mental da população negra.

Diante disso, consideramos de grande relevância desenvolver novas abordagens de pesquisa, novas linhas de pensamento sobre o tema proposto contendo a óptica de outros profissionais. Para que dessa forma, se amplie o conhecimento e que a sociedade perceba que o racismo vai para além da cor da pele, isto é, causa “feridas subjetivas”.

Sendo assim, negligenciar tal assunto, não deve ser uma opção. Haja vista que irá rebater não somente na prática profissional dos Assistentes Sociais e de outros profissionais, já que todos lidam com as diferenças (de forma geral) em seu estabelecimento de trabalho, mas primordialmente na saúde mental da população negra.

4 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Christiane Silva et. al. Favelas em Juiz de Fora: A ocultação do Fenômeno. *Libertas*, v.10, nº1. Janeiro/junho. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010

BOTELHO, Maurilio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. *Espaço e cultura*, UERJ, nº 34, p. 195-230, Jul/ Dez. 2013.

BRITO, Angela Ernestina Cardoso. "Cabelo de bom bril": estratégias de pertencimento racial e socialização por famílias inter-raciais. *Libertas*. V. 13 nº 1, p. 121- 145, jan/ jun. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

CAMPOS, Simone Calil R. Representações e ensino de história: imagens de alunos do ensino médio sobre a escravidão negra no Brasil. Belo Horizonte, 2009.

CARDOSO, Francilene. Memória e luta política do movimento negro no Brasil. *Libertas*. V. 13 nº 1, p.73- 94, jan/ jun. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

FAZZIO, Fernanda. A neurose traumática e o surgimento da psicanálise. Artigos Psicanasile, 2016. Disponível em: < <http://fernandafazzio.com.br/2016/04/05/a-neurose-traumatica-e-o-surgimento-da-psicanalise/> > Acesso em: 16/11/2018.

FISICA INTERESSANTE: Física termodinâmica entropia. Disponível em: < <http://www.fisica-interessante.com/fisica-termodinamica-entropia.html> > Acesso em: 16/11/2018

FREIXO, Monique França. Inação diante da morte de mulheres negras é perpetuar o genocídio da população negra: Quero falar de uma morte psicológica que é banalizada. Um assassinato silenciado. Uma morte silenciosa. Disponível em: < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Inacao-diante-da-morte-de-mulheres-negras-e-perpetuar-o-genocidio-da-populacao-negra/5/35062> > Acesso em: 20/10/2018

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

-----, Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2008.

Inesc. PELENEGRA I Encontro Popular de Juventude Negra do Distrito Federal e Entorno: resistindo na luta e contrariando as estatísticas. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=graficos+sobre+genoc%C3%ADdio+da+popula%C3%A7%C3%A3o+negra&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwixmeW215XeAhVRrVvKkHZ-_B94QsAR6BAgAEAE&biw=1366&bih=608#imgsrc=f0fRLXMKXWGBAM:>> Acesso em: 20/10/2018

IPEA. Jovens negros morrem mais por violência do que brancos, diz Ipea. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/jovens-negros-morrem-mais-por-violencia-do-que-brancos-diz-ipea.html>> Acesso em: 03/08/2016

JANOARIO, Ricardo de Souza. Acesso, permanência e política de ação afirmativa para negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na visão dos gestores. Libertas. V. 13 nº 1, p. 95- 120, jan/ jun. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 26 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

-----, Formação do Brasil contemporâneo. 5 ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1957

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil. Brasil: Editora brasiliense, 1987.

LIMA, Antonia L. ; CÂMARA, Candida M. F. Racismo e saúde mental: Reflexões sobre as consequências do preconceito racial no adoecimento mental. Quixadá: Unicatólica, 2015.

MENEZES, Franciane Cristina. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. Libertas. V. 13 nº 1, p. 09- 72, jan/ jun. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

MINISTERIO DA SAÚDE- Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Painel de Indicadores do SUS. Temático Saúde da População Negra. V. 07 nº 10, abril. Brasília, 2016.

O GLOBO. VANINI, Eduardo. Barreiras da discriminação impedem ascensão dos negros no mercado, afrodescendentes ocupam apenas 4,7% dos postos de direção de grandes empresas. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/barreiras-da-discriminacao-impedem-ascensao-dos-negros-no-mercado-21645834>> Acesso em: 03/08/2016

OLIVEIRA, Caroline. #cartas, ideias em tempo real. Atlas da violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas

ORTIZ, Fátima Grave. O Serviço Social no Brasil: Os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: Editoriais Ltda. ,2010.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. Estud. Av. vol. 3 nº.7 São Paulo Set./dez. 1989. Disponível em: < file:///C:/Users/Regiane%20Souza/Documents/Nova%20pasta/Moderniza%C3%A7%C3%A3o,%20Estado%20e%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20TCC.html > Acesso em: 11/06/ 2018

PAULA, Nice; SPITZ, Clarice. O Globo - Os excluídos do trabalho. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/os-excluidos-do-trabalho-9603327> Acesso em: 12/03/2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os Pobres da Cidade. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 1994.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005

SAVAZZONI, Simone de Alcantara. Crime de Genocídio. Disponível em: < <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1497576/crime-de-genocidio-simone-de-alcantara-savazzoni>> Acesso em: 02/12/2018

SCHWARCZ,Lilia Moritz. Racismo no Brasil. Editora Publifolha, 2001.

SCHWARZ,Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: duas cidades/ Editora 34, 2012.

SENKEVICS, Adriano. Epidemia de mortes de jovens negros e pobres no Brasil. Disponível em: < <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2013/11/13/epidemia-de-mortes-de-jovens-negros-e-pobres-no-brasil/>> Acesso em: 20/10/2018

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. RBGS vol. 19, nº 54. Fevereiro/ 2004.

SOUZA, Maria Bernardete Cordeiro; SILVA, Hélderes Peregrino A.; COELHO, Nicole Leite Galvão. Resposta ao estresse: I. Homeostase e teoria da alostase. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: jan/mar, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v20n1/1413-294X-epsic-20-01-0002.pdf> > Acesso em: 16/11/2018

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. V. 4. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TAVARES, N. O. ; OLIVEIRA,L. V. ; LAGES, S.R.C. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. 2013. 8f. v. 37, nº 99. Out/ dez. Rio de Janeiro, 2013

VANINI, Eduardo. O Globo, Barreiras da discriminação impedem ascensão dos negros no mercado. Disponível em: <
<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/barreiras-da-discriminacao-impedem-ascensao-dos-negros-no-mercado-21645834>> Acesso em:
12/03/2018